



n.3
jul./set.
2019

BOLETIM OPSA



BOLETIM OPISA

ISSN 1809-8827

O Boletim OPISA reúne análises sobre acontecimentos de destaque na conjuntura política da América do Sul e tem periodicidade trimestral. A publicação é composta por editorial e textos dirigidos a leitores que querem ter acesso rápido a informações de qualidade sobre temas contemporâneos. As fontes utilizadas para sua confecção são resumos elaborados pelos pesquisadores do OPISA com base nos jornais de maior circulação em cada um dos países e documentos de autoria de pesquisadores ou agências independentes que complementam as informações divulgadas pela imprensa.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ).

É permitida a reprodução deste boletim e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Corpo Editorial

Editora Executiva

Marianna Albuquerque

Editor Adjunto

Diogo Ives

Conselho Editorial

Maria Regina Soares de Lima

Leticia Pinheiro

Editoria de Redação

André Pimentel Ferreira Leão

Andrés Londoño Niño

Diogo Ives de Quadros

Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves

Ghaio Nicodemos Barbosa

Giovana Esther Zucatto

Leandro Wolpert dos Santos

Marianna Restum Antonio de Albuquerque

Marília Bernades Closs

Murilo Gomes da Costa

Thaís Jesinski Batista



Observatório Político Sul-Americano

opsa.com.br

Instituto de Estudos Sociais e Políticos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rua da Matriz, 82 - Botafogo
Rio de Janeiro – RJ
(21) 2266-8300

Sumário

EDITORIAL

O “MOINHO SATÂNICO” DA AUSTERIDADE NEOLIBERAL NA AMÉRICA DO SUL..... PÁGINA 04

ARTIGOS

ABC DO JAIR: O NOVO LÉXICO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA..... PÁGINA 06

A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA OS ESTADOS UNIDOS NO PRIMEIRO ANO DO GOVERNO JAIR BOLSONARO..... PÁGINA 15

INCÊNDIOS NA AMAZÔNIA: UMA COMPARAÇÃO DAS POSIÇÕES E DOS CONFLITOS NO BRASIL E NA BOLÍVIA..... PÁGINA 23

Editorial

O “Moinho Satânico” da austeridade neoliberal na América do Sul

While the organization of world commodity markets, world capital markets, and world currency markets under the aegis of the gold standard gave an unparalleled momentum to the mechanism of markets, a deep-seated movement sprang into being to resist the pernicious effects of a market-controlled economy. Society protected itself against the perils inherent in a self-regulating market economy - this was the one comprehensive feature in the history of the age.¹

Em 1º de outubro passado, o governo de Lenin Moreno, no Equador, anunciou um pacote econômico, fruto de um empréstimo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) que, entre outras medidas, eliminou o subsídio aos combustíveis – vigente nos últimos 47 anos - e liberou os preços da gasolina e do diesel. No dia seguinte, os sindicatos do setor de transporte iniciaram uma greve, seguida pelo apoio instantâneo das lideranças indígenas, reunidas na Confederação Nacional dos Indígenas (CONAIE), dos estudantes, camponeses, trabalhadores urbanos, movimento das mulheres, ecologistas e artistas.

Como um rastilho de pólvora, em pouco tempo, a revolta popular, na forma da organização de bloqueios de estradas e protestos generalizados, se espalhou pelas maiores cidades equatorianas, mobilizando uma aguerrida oposição ao governo de Moreno, com base na participação de setores urbanos e indígenas, aliança que reproduz o padrão de revolta popular característico da política equatoriana. No dia 3, Lenin Moreno decretou estado de exceção para, segundo o mesmo, “prevenir a cidadania e evitar o caos”. A resposta do governo foi a militarização do país e a repressão brutal, com as Forças Armadas e os tanques nas ruas para dispersar as multidões.

Ainda que os números sejam imprecisos, estima-se que 1.121 pessoas foram detidas, 937 feridas, 6 mortas e 83 desaparecidas,

¹ Karl Polanyi, *The Great Transformation*. Boston, Beacon Press, 1957, p.76.

sendo 47 delas crianças. Diante da impossibilidade de estancar os protestos e a mobilização popular crescente, o governo retirou-se da capital, Quito, refugiando-se na cidade de Guayaquil. O Equador vive hoje, novamente, uma situação de rebelião popular, recriando a aliança de movimentos urbanos e setores indígenas que, no passado, já provocou a derubada de governos vistos como ilegítimos e autoritários².

A natureza da reação da sociedade civil organizada, configurando-se uma revolta social popular profunda, parece ser uma característica dos países andinos, alguns com maioria de população indígena, como o Equador e a Bolívia. No final dos anos 80, em um contexto semelhante na Venezuela, o governo de Carlos Andrés Pérez, respondendo às condicionalidades de um empréstimo do FMI, implementou um pacote de ajuste fiscal que, entre outras medidas, instituiu um aumento de 100% no preço da gasolina. Este foi o estopim para uma rebelião urbana profunda, conhecida como *Caracazo*, que gerou repressão semelhante por parte do governo, com a militarização do país, suspensão das garantias constitucionais, uso das Forças Armadas para reprimir a revolta popular, gerando centenas de mortes, em especial na periferia das grandes cidades³. Como é sabido, o *Caracazo*, em 1989, não apenas fez ruir o *Pacto de Punto Fijo*, um acordo de elites que, por mais de trinta anos, governou o país, como abriu caminho para a ascensão de Hugo Chávez e a consolidação posterior do chavismo na Venezuela.

No próximo dia 27 de outubro, serão realizadas eleições presidenciais simultâneas na Argentina e no Uruguai. Na Argentina, as pesquisas eleitorais indicam a vitória da candidatura da dupla Fernández e Kirchner, por uma boa margem. A eventual volta de Cristina Kirchner ao poder, desta feita na condição de vice-presidente de Alberto Fernández, é resultado da profunda crise econômica e social em que se encontra hoje a Argentina em função das medidas de austeridade fiscal, exigidas pelas instituições financeiras e implementadas pelo atual presidente Mauricio Macri, que jogaram o país em uma recessão profunda. Crise semelhante, embora muito

² Cf. Vanessa Martins Silva, “O que está acontecendo no Equador? Seis pontos para entender a crise no país vizinho”, *Diálogos do Sul*, 4/11/2019.

³ Cf. Leonardo Albarello Weber, “De Chávez a Maduro: As relações da Venezuela com os Estados Unidos (1997-2018)”. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, IESP-UERJ, setembro de 2018.

mais profunda, em 2001, que ameaçou destruir o tecido social e a economia na Argentina, foi o evento crítico naquela conjuntura da região sul-americana que deflagrou um ciclo de governos progressistas, democraticamente eleitos, mudando a trajetória política e econômica de praticamente todos os países na região, com a exceção da Colômbia.

Como se sabe, a história não se repete. Mas os exemplos acima sugerem que na região a aplicação do modelo neoliberal radical não se sustenta por muito tempo se se observa um mínimo de vigência da democracia eleitoral⁴. Nossas elites, que conservam a marca oligárquica do passado e a visão de curto prazo do presente, ainda não aprenderam que o capitalismo, quando desprovido de qualquer sensibilidade político-social, não prospera sem a prática da repressão e da suspensão dos direitos. Mantidas as condições mínimas de funcionamento do Estado de Direito e das instituições da democracia eleitoral, em algum momento a sociedade reage para se proteger do moinho satânico da austeridade neoliberal. Esta reação pode variar, ser mais ou menos radical, em função de legados históricos diferentes, configurações de classe e de identidades sociais distintas, como os casos acima mencionados sugerem. Mas, tarde ou cedo, acabam acontecendo a não ser que se suspendam de vez garantias mínimas da democracia liberal.

O processo de profunda rebelião popular equatoriana está em curso e conta com o silêncio tácito e comprometedor da mídia *mainstream*. As eleições no Cone Sul só ocorrem no final do mês de outubro. Em ambos os casos, não se pode prever o desfecho, mas a semente da reação da sociedade civil ao moinho satânico da austeridade foi lançada.

Como este número do Boletim analisa somente os eventos políticos sul-americanos ocorridos até setembro, a análise da revolta popular no Equador e das próximas eleições no Cone Sul, apesar de suas respectivas transcendências políticas para a América do Sul, ficaram de fora do radar desta publicação; por isso, seus desfechos ficarão para o próximo Boletim. Contudo, os três artigos que integram este número fornecem elementos suficientes para uma avaliação dos limites e contradições do governo Bolsonaro, no presente, com a elaboração do novo dicionário

de sua política externa e o exame dos passos precisos na direção do alinhamento total aos Estados Unidos. A comparação das distintas respostas dos governos brasileiro e boliviano, os mais atingidos pelas queimadas de setembro, fecha esta edição do Boletim.

Neste Boletim, a equipe do OPISA presta uma homenagem a Newton Carlos, jornalista e analista político, falecido em 7 de outubro último, pioneiro no Brasil da cobertura da América Latina e dos temas internacionais. Iniciou como jornalista, nos anos 40, no Correio da Manhã, trabalhou no Jornal do Brasil e foi colunista por mais de 25 anos da Folha de São Paulo. Inspirou uma centena de jornalistas brasileiros e intelectuais nos temas internacionais, não apenas por seu estilo objetivo e crítico, mas pelo pioneirismo de se pensar o internacional e, em particular, a região latino-americana, a partir de uma visão própria, “com a própria cabeça”, na expressão da jornalista Dorrit Harazim. Defendeu que os jornais brasileiros mantivessem correspondentes no exterior, contribuindo assim para a criação, entre jornalistas e analistas internacionais brasileiros, de uma perspectiva crítica capaz de gerar um pensamento próprio sobre os eventos internacionais e de nossa região, tão pouco presente no imaginário nacional.

Rio de Janeiro, outubro de 2019

Maria Regina Soares de Lima

⁴ Para a análise dos efeitos políticos e sociais da crise econômica dos países sul-americanos, na atualidade, ver, Janaína Figueiredo, “Alerta regional: Crise econômica e deterioração social desafiam estabilidade de governos na América do Sul”, *O Globo*, 13/10/2019, p. 32.



ABC do Jair: o novo léxico da política externa brasileira

Marianna Albuquerque¹
Coordenadora OPISA

Diogo Ives²
Pesquisador OPISA

Dicionário, s.m.: compilação completa ou parcial das unidades léxicas de uma língua (palavras, locuções, afixos etc.) ou de certas categorias específicas suas, organizadas numa ordem convencional, geralmente alfabética, e que pode fornecer, além das definições, informações sobre sinônimos, antônimos, ortografia, pronúncia, classe gramatical, etimologia etc.

Além da organização léxica, a escolha de palavras por autoridades políticas diz muito sobre intenções, interesses e expectativas. A substituição de um vocábulo por outro pode alterar sobremaneira o sentido de narrativas e alterar o curso de ação. Propomos, nesse artigo, que a política externa do governo de Jair Bolsonaro está originando um novo léxico da ação internacional do país, partindo da negação de palavras-chave das administrações anteriores, e institucionalizando o uso de termos condizentes com sua agenda conservadora. O objetivo, portanto, é introduzir alguns conceitos repetidos pelos formuladores e atores da política externa brasileira e explicitar os sentidos dados a cada vocábulo, desde a eleição de 2018 e ao longo dos primeiros nove meses do governo. Abaixo, apresentamos o ABC do Jair.

África. Destaque na agenda externa do país nas últimas décadas, o continente africano foi descrito pelas administrações anteriores como um continente irmão, e as estratégias de integração eram incentivadas por iniciativas como a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas) e a Cúpula América do Sul-África. Desde que Jair Bolsonaro assumiu a presidência, o tom mudou. O vice

1 Doutoranda em Ciência Política pelo IESP/UERJ. Pesquisadora e Coordenadora Adjunta do Observatório Político Sul-Americano (OPSA). O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

2 Doutorando em Ciência Política pelo IESP/UERJ. Pesquisador do Observatório Político Sul-Americano (OPSA). O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

-presidente, Hamilton Mourão, referiu-se aos países do Sul Global como “mulambada”³, e Bolsonaro criou constrangimento diplomáticos ao questionar fatos históricos, a exemplo da afirmação de que os portugueses não pisaram na África e os negros foram os responsáveis pelo tráfico de escravos⁴. Soma-se a essa postura declarações racistas, como a feita ainda enquanto deputado federal, após a visita a um quilombo, em que mediu o peso dos quilombolas por arrobas, unidade utilizada para animais⁵.

Benjamin Netanyahu. Primeiro-Ministro de Israel, é uma das lideranças internacionais mais admiradas por Bolsonaro. É defensor da militarização do Estado e conhecido pela política de intolerância com o povo palestino. A aproximação a Netanyahu provocou alterações significativas na tradição da política externa brasileira. Em primeiro lugar, Bolsonaro questionou a solução de dois Estados historicamente defendida pelo Brasil, desde que o diplomata Osvaldo Aranha liderou as negociações sobre a criação de Israel na Organização das Nações Unidas nos anos 1940. Nessa linha, Bolsonaro flertou com a possibilidade de mudar a embaixada brasileira de Tel Aviv para Jerusalém, um reconhecimento tácito do domínio de Israel sobre a capital palestina. Somado a isso, Bolsonaro escolheu Israel para ser um dos primeiros destinos internacionais como presidente⁶, antes mesmo de ir à Argentina, aliada estratégica do Brasil. A opção de ir a Israel foi um claro sinal de quais alianças o país buscará fortalecer.

Civilização ocidental. O apreço da política externa brasileira pelas glórias do Ocidente foi o trampolim que tornou Ernesto Araújo o chanceler do governo de Jair Bolsonaro. Em 2017, o então pouco expressivo diplomata publicou o artigo “Trump e o Ocidente” (ARAÚJO, 2017), em que afirmava, em um tom etnocêntrico de choque de civilizações, que nem Rússia nem China seriam capazes de suble-

3 Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/09/17/mourao-vice-de-bolsonaro-chama-aliados-do-brasil-de-mulambada.htm> (acesso em 30 de setembro de 2019).

4 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/07/portugueses-nem-pisaram-na-africa-diz-bolsonaro.shtml> (acesso em 30 de setembro de 2019).

5 Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/bolsonaro-quilombola-nao-serve-nem-para-procriar/> (acesso em 20 de setembro de 2019).

6 Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47740929> (acesso em 01 de outubro de 2019).

var-se à superioridade da cultura ocidental. Entretanto, o atual Ministro afirmava que o Ocidente estava em seu momento de maior risco: “O Ocidente é algo mais profundo, e, nessa profundidade da sua alma, o Ocidente sofre, sofre de um mal misterioso como o Rei Pescador na saga do Santo Graal. Alguém precisa procurar o cálice que contém o sangue capaz de curá-lo” (p. 325). A partir de referências medievais e religiosas, Araújo constrói uma linha argumentativa em que coloca o presidente estadunidense Donald Trump como o grande bastião de redenção do Ocidente. Redentor do passado, o presidente Trump também figura como personagem central da política externa do presente.

Donald Trump. Eleito em 2016, o presidente estadunidense despontou como a liderança conservadora de maior projeção mundial. Entre as plataformas de seu governo, estão a necessidade de resgatar a grandeza do país, por meio do slogan *Make America Great Again*. Com discurso nacionalista, Trump tem como projetos a construção do muro na fronteira com o México, a rigidez nas leis de imigração e o afastamento dos fóruns multilaterais. Assim como ocorrido na campanha de Bolsonaro, conforme será explicado adiante, Trump teve em Steve Bannon um grande aliado na divulgação de fake news para legitimar suas propostas. Bolsonaro possui em Trump uma meta a ser seguida. Defensor ferrenho da aproximação com os Estados Unidos, Bolsonaro isentou os estadunidenses de visto para vir ao Brasil e declarou publicamente sua admiração em diversas ocasiões, a exemplo do encontro às margens da Assembleia Geral da ONU, em 2019, em que disse para Trump “Senhor Presidente, eu te amo”. Tal postura de alinhamento é reproduzida também por Araújo: “O presidente Donald Trump propõe uma visão do Ocidente não baseada no capitalismo e na democracia liberal, mas na recuperação do passado simbólico, da história e da cultura das nações ocidentais. (...) Em seu centro, está não uma doutrina econômica e política, mas o anseio por Deus, o Deus que age na história” (ARAÚJO, 2017, p. 323).

Embaixador. Antes o cargo mais prestigiado da carreira do Itamaraty, passou a ganhar a conotação de presente de aniversário após o presidente Bolsonaro indicar ao posto dos Estados Unidos seu filho caçula, Eduardo, dias

após este completar 35 anos, idade mínima para se tornar embaixador. Eduardo Bolsonaro é graduado em Direito e trabalhou como escrivão da Polícia Federal antes de seguir carreira parlamentar. Atualmente é presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados. Ao defender sua aptidão para o cargo, argumentou: “Tenho vivência pelo mundo, já fiz intercâmbio, já fritei hambúrguer lá nos Estados Unidos”⁸. Por sua vez, Jair Bolsonaro entende que a indicação do filho serve para sinalizar aos Estados Unidos sua intenção de privilegiar a relação bilateral. Acusado de praticar nepotismo, o presidente comentou em um pronunciamento em rede social: “Pretendo beneficiar um filho meu, sim. Pretendo, está certo. Se puder dar um filé mignon ao meu filho, eu dou. Mas não tem nada a ver com filé mignon esta história aí. É aprofundar um relacionamento com um país que é a maior potência econômica e militar do mundo”⁹. A aprovação de Eduardo ao cargo está em análise atualmente no Senado Federal.

Foro de São Paulo. Espaço de encontro e discussão entre partidos de esquerda da América Latina que é visto pelos atuais governantes brasileiros como um agente perigoso no fomento a governos anticapitalistas na região. Nas palavras de Jair Bolsonaro, “o Foro de São Paulo, organização criminosa criada em 1990 por Fidel Castro, Lula e Hugo Chávez para difundir e implementar o socialismo na América Latina, ainda continua vivo e tem que ser combatido”¹⁰. Esta avaliação ganhou espaço dentro do Grupo de Lima, que emitiu uma declaração, em julho de 2019, na qual manifestava “seu rechaço aos fóruns e movimentos – como o autodenominado Foro de São Paulo – que pretendem atuar em defesa do regime ditatorial ilegítimo de Nicolás Maduro”¹¹ (tradução nossa). Para Ernesto Araújo-

8 Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/07/12/eduardo-defende-cargona-embaxada-fritei-hamburguer-e-fiz-intercambio.htm> (acesso em 1º de outubro de 2019).

9 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/07/pretendo-beneficiar-um-filho-meu-sim-diz-bolsonaro-sobre-eduardo.shtml> (acesso em 1º de outubro de 2019).

10 Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/20890-discurso-do-presidente-jair-bolsonaro-na-abertura-da-74-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-york-24-de-setembro-de-2019> (acesso em 2 de outubro de 2019).

11 Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/>

7 Disponível em: <https://istoe.com.br/bolsonaro-diz-i-love-you-para-trump-que-desdenha-bom-te-ver-de-novo/> (acesso em 02 de outubro de 2019).



jo, o Brasil deve trabalhar ao lado de outros países para criar, em oposição ao Foro de São Paulo, uma “Aliança Liberal-Conservadora”, que promoveria uma ideologia que una liberalismo na economia e conservadorismo em valores sociais¹². Eduardo Bolsonaro busca avançar essa mesma agenda, no âmbito da sociedade civil brasileira, ao promover eventos reunindo intelectuais afinados com tais ideias, como a Cúpula Conservadora das Américas, realizada em dezembro de 2018, em Foz do Iguaçu, e a Conferência de Ação Política Conservadora, em outubro de 2019, em São Paulo.

Globalismo. Termo empregado por Ernesto Araújo para designar “a globalização econômica que passou a ser pilotada pelo marxismo cultural; essencialmente é um sistema anti-humano e anti-cristão”¹³. O centro institucional desse sistema seria a ONU. Em discurso no seminário “Globalismo”, organizado pela FUNAG, em agosto de 2019, Araújo expôs o entendimento de que Nietzsche teria sido o precursor desse projeto, no século XIX, ao declarar que “Deus está morto”. A marginalização do culto a Deus no Ocidente teria subtraído um elemento de moralidade importante para um bom funcionamento do capitalismo. O movimento teria sido reforçado pelo comunismo, seja por Marx e Engels, ao minimizarem a importância da religião nas suas obras, seja pelos governos nazi-fascistas de meados do século XX – que Araújo entende terem tido inspiração no comunismo –, ao situarem um partido único como o centro da vida social. Na Guerra Fria, Deus teria sido valorizado pelas democracias liberais na luta contra o comunismo, especialmente durante o governo de Ronald Reagan e o papado de João Paulo II. Já após o fim da Guerra Fria, aquelas democracias teriam vivido uma nova marginalização de Deus e uma valorização do marxismo cultural, o qual teria origem nas teorias de Gramsci e da Escola de Frankfurt. Além de rebaixar Deus, o marxismo cultural seria responsável por dividir sociedades ao promover conceitos como gênero e raça nas escolas e na imprensa. Em resumo, globalismo seria “a consolidação daquele niilismo previsto por Nietzsche, ou seja, é a sociedade

liberal atea submetida aos mecanismos de controle daquele núcleo gramscista ou comunista” (BRASIL, 2019, s.p.). Como contraponto ao globalismo, Araújo defende a reintrodução de Deus na sociedade liberal, ideia esta que resume na frase “Deus em Davos!”, em referência ao Fórum de Davos, encontro anual da elite capitalista para debater a conjuntura internacional.

Humanidade. Conceito refutado por Ernesto Araújo com base na filosofia de Oswald Spengler: “Spengler não despreza ou odeia as outras civilizações ou os povos não ocidentais. Apenas sustenta que a vida de cada ser humano só faz sentido dentro de uma determinada civilização, de uma comunidade cultural ou – poderíamos acrescentar aqui – dentro de uma nação. Para ele não faz sentido falar em “humanidade”; a “humanidade” ou é um conceito zoológico ou então é uma palavra vazia. O caráter da humanidade somente se manifesta através da enorme variedade de suas formas culturais específicas, através dos povos, através das nações” (ARAÚJO, 2017, p. 344). O esvaziamento do conceito de humanidade é basilar na visão de mundo do chanceler, que, por conseguinte, não reconhece a legitimidade dos direitos humanos negociados em âmbito multilateral que desrespeitem o cristianismo, religião que estaria na essência da cultura brasileira e da civilização ocidental e que deveria ser promovida na política externa. No seu discurso de posse, declarou: “Há uma teofobia horrenda, gritante, na nossa cultura. Não só no Brasil, em todo o mundo. Um ódio contra Deus, proveniente sabe-se lá de onde, canalizado por todos os códigos de pensamento e de não-pensamento que perfazem a agenda global” (BRASIL, 2019, s.p.). Conforme expresso por Jair Bolsonaro em um encontro com pastores evangélicos, o atual governo teria passado a votar na ONU seguindo a Bíblia¹⁴.

Ideologia de gênero. Termo usado por membros do governo Bolsonaro para desqualificar teses de intelectuais e pesquisas da psicologia que defendem uma distinção entre os conceitos de sexo (dimensão biológica) e gênero (dimensão cultural). Segundo Ernesto Araújo, trata-se de uma ideologia nociva que viola o entendimento cristão de que apenas existem homens e mulheres e que perturba estruturas familiares tradicionais. O chanceler também

notas-a-imprensa/20662-declaracao-da-xv-reuniao-de-ministros-de-relacoes-exteriores-do-grupo-de-lima-espanhol (acesso em 2 de outubro de 2019).

12 Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48805562> (acesso em 2 de outubro de 2019).

13 Disponível em: <https://www.metapoliticabrasil.com/about> (acesso em 1º de outubro de 2019).

14 Disponível em <https://oglobo.globo.com/mundo/bolsonaro-diz-que-brasil-passou-votar-na-onu-seguindo-biblia-23591655> (acesso em 1º de outubro de 2019).



já se posicionou contra o direito ao aborto e se mostrou crítico a um suposto excesso de acusações de estupro feitas por mulheres contra homens que existiria atualmente. Em audiência na Câmara dos Deputados, em agosto de 2019, acusado ainda de minimizar os direitos LGBTs na agenda externa, Araújo declarou: “Tenho preocupação com a demonização da sexualidade masculina”¹⁵. O corpo diplomático passou a obedecer a uma orientação oficial para afirmar, em fóruns multilaterais, que sexo e gênero devem ser tratados como sinônimos e que direitos reprodutivos da mulher não incluem aborto¹⁶. No Conselho de Direitos Humanos da ONU, o Brasil passou a adotar discursos e votos próximos aos de países que têm o islamismo como religião oficial, como Arábia Saudita, Paquistão e Bahrain. Mentalidade semelhante à do chanceler é manifestada pela ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, pastora Damares Alves, que, no mesmo órgão da ONU, defendeu o direito à vida desde a concepção¹⁷.

Jair Bolsonaro. “O mito”. Personagem central da ascensão do conservadorismo político no Brasil, transformou a diplomacia presidencial na diplomacia do presidente. As ações externas do governo estão baseadas em suas crenças pessoais e no projeto de poder familiar dos Bolsonaro. O uso da figura do presidente como símbolo da salvação dos valores tradicionais no Brasil é lugar comum na narrativa diplomática atual, a exemplo de declarações do Ministro Araújo – escolhido para o cargo por indicação do conselheiro intelectual de Bolsonaro, Olavo de Carvalho. Em formatura de diplomatas no Instituto Rio Branco, o chanceler referiu-se ao presidente como a “pedra angular”, que no Evangelho é a imagem de Jesus Cristo¹⁸. Bolsonaro foi descrito como o salvador que tirou o Brasil do caminho do socialismo e que teria impedido que o país tivesse o mesmo destino da Venezuela.

15 Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/ernesto-araujo-atribui-temas-de-direitos-humanos-a-ideologias-nocivas/> (acesso em 1º de outubro de 2019).

16 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/06/itamaraty-orienta-diplomatas-a-frisar-que-genero-e- apenas-sexo-biologico.shtml> (acesso em 2 de outubro de 2019).

17 Disponível em: <https://jamilchade.blogosfera.uol.com.br/2019/06/27/a-diplomacia-teologica-brasileira-um-relato-de-um-dia-na-onu/> (acesso em 2 de outubro de 2019).

18 Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,em-discurso-chanceler-compara-bolsonaro-a-jesus-cristo,70002814629> (acesso em 3 de outubro de 2019).

Kirchnerismo. A Argentina figura, historicamente, como parceira prioritária da política externa brasileira. Bolsonaro também precisou seguir o protocolo da diplomacia e dedicar atenção ao país, mesmo que tenha preterido este por Israel para sua primeira visita oficial como presidente eleito. Bolsonaro encontrou no presidente Maurício Macri, também eleito com uma agenda liberal, temas comuns e grandes desafios. Com interesses comerciais semelhantes, ambos articularam a aprovação do acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia, além do Ministro da Fazenda, Paulo Guedes, ter aventado a possibilidade de estabelecer uma moeda comum entre os dois países¹⁹. Pelo lado negativo, o mau desempenho econômico e a queda nas projeções de voto para a eleição presidencial de outubro de 2019 indicam perda do apoio popular ao projeto de Macri. Tanto Bolsonaro quanto Macri culpam os ex-presidentes Nestor e Cristina Kirchner pela situação do país, e associam o kirchnerismo ao petismo, à corrupção e às ideologias de esquerda radical.

Literatura clássica. Como efeito da mentalidade de Araújo de que o Ocidente é uma civilização que deve ter sua cultura valorizada, o currículo de disciplinas do Instituto Rio Branco foi reformulado para incluir as matérias de “Clássicos I e II”. Ambas versam sobre obras eminentes da filosofia e da literatura que foram escritas por intelectuais da Europa e dos Estados Unidos desde a Grécia Antiga até o século XX e que integram a coleção “Grandes Livros do Mundo Ocidental”, organizada por Robert Hutchins e Mortimer Adler nos anos 1950 e atualizada nos anos 1990. Além de não ter nenhum representante nesta coleção de 60 livros, a América Latina terá menor destaque na formação dos diplomatas brasileiros devido à supressão, na grade curricular, da disciplina de história dos países da região. Ademais, aulas de linguagem diplomática, economia e história da política externa brasileira tiveram suas cargas horárias reduzidas para dar espaço aos clássicos²⁰.

Mais Médicos. Antes política pública de saúde bem-sucedida, o projeto foi ressignificado

19 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/apos-bolsonaro-falar-em-peso-real-guedes-diz-que-moeda-comum-com-argentina-ainda-uma-ideia-23723644> (acesso em 2 de outubro de 2019).

20 Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/02/chanceler-exclui-curso-sobre-america-latina-de-formacao-de-diplomatas.shtml> (acesso em 1º de outubro de 2019).



para um plano de dominação cubana. Os médicos foram descritos como infiltrados do governo de Cuba, e a política de remuneração do país caribenho foi apresentada pelo governo como trabalho escravo. De acordo com o Ministério da Saúde, comandado por Luiz Henrique Mandetta, o programa “fere a liberdade individual”, e um novo programa deveria ser criado²¹. Surgiu, com isso, a iniciativa Médicos pelo Brasil, em que o regime de contratação passa a ser pelas regras da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e sem a previsão de incorporação dos cubanos remanescentes²². O tema foi central no discurso de Bolsonaro na abertura da Assembleia Geral da ONU em 2019. Nas palavras do presidente, “nosso país deixou de contribuir com a ditadura cubana, não mais enviando para Havana 300 milhões de dólares todos os anos. A história nos mostra que, já nos anos 60, agentes cubanos foram enviados a diversos países para colaborar com a implementação de ditaduras. Foram derrotados!” (BRASIL, 2019b, s.p.).

Nicolás Maduro. Presidente venezuelano, herdeiro político de Hugo Chávez, Maduro virou a personificação das mazelas do comunismo. Bolsonaro utilizou a narrativa de aproximação entre os governos do Partido dos Trabalhadores e o regime de Maduro para justificar a ameaça comunista no Brasil. Somou-se a esse panorama a crise política e econômica no país vizinho e a entrada de imigrantes venezuelanos no Norte brasileiro. Como exemplo desse novo tom, cabe destacar que o Brasil é um dos países que reconheceu Juan Guaidó como presidente venezuelano, após contenda política a respeito da convocação de novas eleições no país amazônico. Em substituição à postura anterior de busca de manutenção do diálogo político, o governo Bolsonaro passou a defender o argumento da intervenção armada no país, e votou favoravelmente às sanções e suspensões do país nas organizações multilaterais, como na Organização dos Estados Americanos e do Mercosul – a Venezuela pediu para sair da OEA e encontra-se suspensa do bloco comercial. O Brasil também foi protagonista em articulações do Grupo de Lima, criado, no governo Temer,

21 Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/559955-para-ministerio-da-saude-mais-medicos-fere-liberdade-individual-e-outro-programa-deve-ser-criado/> (acesso em 3 de outubro de 2019).

22 Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2019-07/programa-medicos-pelo-brasil-vai-substituir-mais-medicos> (acesso em 3 de outubro de 2019).

especialmente para analisar a situação venezuelana e isolar o país do contexto regional²³.

ONU. Política seguida por Donald Trump, a desconfiança e o afastamento dos fóruns multilaterais também se inserem na estratégia da política externa de Bolsonaro. Com o argumento de que a organização adota políticas antinacionalistas e que promove a intromissão em assuntos internos do país, a relação ambivalente de Bolsonaro com a Organização das Nações Unidas foi patente desde o período eleitoral. Após um comitê de especialistas independentes da organização emitir parecer em que defendia a candidatura de Lula, Bolsonaro afirmou que, se fosse eleito, o Brasil sairia da ONU²⁴. O discurso foi retificado posteriormente, e a postura passou a ser a retirada do Conselho de Direitos Humanos, órgão a que Donald Trump também deixou de enviar representantes. A estratégia de confronto foi amplificada com o discurso de abertura da Assembleia Geral, em setembro, tradição que cabe historicamente ao Brasil. Bolsonaro usou o discurso para reforçar suas inclinações para a base radical e conservadora, com poucas menções ao trabalho da ONU e a pautas históricas do país, como a reforma do Conselho de Segurança (BRASIL, 2019b).

Privatização. Estratégia que está no cerne da agenda econômica do governo e que fomenta a política externa de aproximação entre Brasil e Estados Unidos. O ministro da Economia, Paulo Guedes, tem uma trajetória de formação em centros neoliberais: graduação na PUC-Rio, pós-graduação na Universidade de Chicago e docência na Universidad de Chile durante a ditadura de Augusto Pinochet, pioneiro na implementação do neoliberalismo na América Latina. Guedes é um forte defensor da tese de que o Estado não deve interferir na economia e de que esta deve se abrir para a iniciativa privada estrangeira. Defende que o Brasil vire membro da OCDE, conforme solicitado pelo governo Temer, como forma de sinalizar afinidade com o mercado internacional. Em discurso na Câmara de Comércio dos Estados Unidos, em março de 2019, declarou: “Vocês podem ir lá ajudar a financiar nossas rodovias, ir atrás de concessões de petróleo e gás. Daqui a três, quatro meses, vamos vender o pré-sal. Todos vão estar lá: chineses,

23 Para detalhes da crise venezuelana, ver as publicações do Conjuntura Latitude Sul.

24 Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-defende-saida-de-conselho-da-onu-apos-apoio-a-lula/> (acesso em 30 de setembro de 2019)



americanos, noruegueses”²⁵. Afirmou ainda que Jair Bolsonaro “vai vender tudo o que nós temos. Do palácio do presidente à casa que eu deveria morar e tudo o que pudermos vender. Vamos tentar vender a Petrobrás, o Banco do Brasil, ou no mínimo fazer uma fusão, tentar unir o Banco do Brasil com o Bank of America”²⁶.

Queimadas. De acordo com Bolsonaro, as queimadas ocorridas na Amazônia durante seu mandato foram trabalho de organizações da sociedade civil, com o objetivo de disseminar mentiras para atrapalhar o funcionamento do governo. A declaração foi dada após o aumento das queimadas virar tema central na imprensa internacional e nas críticas diplomáticas feitas ao país. Confrontado, admitiu não ter provas da afirmação²⁷. Além do enfraquecimento dos órgãos de proteção ambiental, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), com cortes de orçamento²⁸, somou-se à crise o discurso de Bolsonaro e do Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, de que a rigidez das regras ambientais é um entrave para o desenvolvimento do país. Após um aumento de 278% do nível de desmatamento em julho, em comparação ao ano anterior, levantou-se, inclusive, a possibilidade de intervenção externa para assegurar o controle dos recursos naturais no bioma²⁹. A resposta de Bolsonaro foi criticar abertamente a imprensa internacional, desmentir diversos dados apresentados e reforçar a soberania brasileira para lidar com a floresta. Após ter reforçado o argumento em seu discurso na Assembleia Geral da ONU, o presidente assinou um decreto proibindo queimadas no país,

25 Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-03/paulo-guedes-pede-que-empresarios-dos-eua-invistam-no-brasil> (acesso em 2 de outubro de 2019).

26 Disponível em: <https://www.condsef.org.br/noticias/em-video-paulo-guedes-promete-vender-todo-patrimonio-publico-brasileiro> (acesso em 2 de outubro de 2019).

27 Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/08/21/fala-de-bolsonaro-sobre-queimada-na-amazonia-e-irresponsavel-e-leviana-dizem-ambientalistas.ghtml> (acesso em 04 de outubro de 2019).

28 Disponível em <https://exame.abril.com.br/brasil/em-meio-a-queimadas-na-amazonia-bolsonaro-enfraquece-papel-do-ibama/> (acesso em 04 de outubro de 2019).

29 Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/08/desmatamento-na-amazonia-em-julho-cresce-278-em-relacao-ao-mesmo-mes-em-2018.shtml> (acesso em 04 de outubro de 2019).

posteriormente modificado para compreender apenas o território da Amazônia Legal³⁰.

Ruralistas. “Esse governo é de vocês”. A declaração foi dada por Bolsonaro à Frente Parlamentar da Agropecuária, em julho de 2019³¹. Entre os argumentos que o presidente apresentou para justificar o foco do governo na promoção do agronegócio estava o desperdício de deixar terras produtivas demarcadas para indígenas e quilombolas. Bolsonaro afirmou que essas medidas impediam o progresso no país e que seria primordial desfazer as desmarcações e concessões feitas nos governos anteriores. O presidente ressaltou que, ao longo dos mandatos como deputado, votava sempre de acordo com a bancada ruralista e que a nomeação de Tereza Cristina para o Ministério da Agricultura era uma enorme demonstração de que ele está do lado dos empresários do setor. A Ministra é conhecida como “musa do veneno”, e o apelido foi facilmente justificado após a aprovação recorde de novos agrotóxicos no Brasil. O Ministro Ernesto Araújo acompanhou essa postura, ao enfatizar que um dos papéis da política externa é incentivar o agronegócio³².

Steve Bannon. Ex-chefe de campanha de Donald Trump e ex-estrategista chefe da Casa Branca, Bannon é um dos fundadores de “O Movimento”, um projeto de disseminação mundial da agenda conservadora. O estadunidense também é o fundador da Cambridge Analytica, uma empresa que utiliza dados de redes sociais para disparar mensagens e conteúdos personalizados, envolvida em um escândalo político que também incluiu e comprometeu Mark Zuckerberg e o Facebook. De acordo com Weber (2018, p. 21), “os dados serviram para disseminar boatos de maneira micro-direcionada, quase personalizada. Dessa maneira, determinadas notícias falsas eram apresentadas nas redes sociais a usuários potencialmente mais sensíveis ao tema. Além disso, a disseminação a grupos específicos

30 Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/08/bolsonaro-muda-decreto-e-proibe-queimadas-so-na-amazonia-legal.shtml> (acesso em 04 de outubro de 2019)

31 Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-a-bancada-ruralista-esse-governo-e-de-voces,70002904662> (acesso em 04 de outubro de 2019).

32 Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-12/futuro-chanceler-diz-que-politica-externa-vai-incentivar-o-agronegocio> (acesso em 04 de outubro de 2019).



ajudaria a reduzir a chance do boato ser desmentido publicamente”. Após a estratégica ter sido utilizada no processo do Brexit e na eleição de Trump, o disparo de fake news foi amplamente utilizado por Bolsonaro na campanha presidencial, culminando em denúncias de uso de caixa 2. Enquanto ainda não há provas de que Bannon atuou financeiramente na eleição brasileira, há certezas de que houve apoio: o norte-americano encontrou-se, em mais de uma ocasião, com membros da equipe de Bolsonaro, incluindo seu filho e aspirante a embaixador, Eduardo, que disse enxergar em Bannon uma referência contra o marxismo cultural (WEBER, 2018, p. 24).

Termômetro. Segundo o chanceler Ernesto Araújo, a medição do aumento da temperatura da Terra não está relacionada com nenhuma catástrofe ambiental. Para o Ministro, adepto da corrente do negacionismo climático, a esquerda criou a ideologia do “climatismo” para impedir o avanço econômico e gerar uma dominação comunista no mundo³³. Em setembro, em evento na Heritage Foundation, organização conservadora estadunidense, Araújo afirmou que “justiça social e clima são pretextos para a ditadura”³⁴. Ao negar a correlação entre clima e a ação humana, o Ministro chegou a afirmar que a culpa do aumento dos marcadores nos termômetros é do asfalto das zonas urbanas e que “não há um termostato que meça a temperatura global. Existem vários termostatos locais”³⁵. O Ministro ainda mostrou desconhecimento sobre o conceito de aquecimento global ao afirmar que viajou para Roma em maio de 2019 e havia uma onda de frio³⁶.

Unasul. Organização integrada por todos os países da América do Sul, cujo tratado fundador foi assinado em 2008 com vistas a fomentar a cooperação regional em diversos temas, tais como defesa, infraestrutura, energia,

33 Disponível em: <https://www.valor.com.br/politica/5985233/novo-chanceler-diz-que-esquerda-criou-%3Fideologia-da-mudanca-climatica> (acesso em 04 de outubro de 2019).

34 Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,ernesto-araujo-critica-climatismo-e-diz-que-justica-social-e-pretexto-para-ditadura,70003006673> (acesso em 04 de outubro de 2019).

35 Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/chanceler-atribui-aumento-da-temperatura-da-terra-a-asfalto-quente/> (acesso em 04 de outubro de 2019).

36 Disponível em <https://epoca.globo.com/guilherme-amado/ernesto-araujo-nega-aquecimento-global-fui-roma-em-maio-havia-uma-onda-de-frio-23851347> (acesso em 04 de outubro de 2019).

saúde e combate ao narcotráfico. Apesar de ter sido criada em meio à hegemonia de governos de centro-esquerda, a Unasul também contava com a participação de governos neoliberais e buscava estimular o diálogo entre as partes para aumentar a autonomia de todas em relação a potências extrarregionais. O governo Bolsonaro avaliava que a Unasul havia fracassado diante da discordância dos membros sobre como resolver a crise na Venezuela e anunciou a saída do Brasil da organização em abril de 2019. O governo atualmente trabalha para construir o Prosul, nova organização regional, oficialmente fundada em março de 2019, no Chile, que pretende incluir apenas países com “plena vigência da democracia e dos direitos humanos”³⁷. A Venezuela não foi convidada a fazer parte.

Viktor Orbán. Primeiro-ministro da Hungria a partir de 2010 e, desde então, uma das vozes mais expressivas da direita conservadora europeia, sendo frequentemente acusado de autoritarismo pela oposição doméstica e de xenofobia por defensores da livre migração. Orbán compareceu à posse de Jair Bolsonaro, ocasião em que declarou que o Brasil passaria a ser o maior exemplo de uma “democracia cristã moderna”³⁸. Ernesto Araújo atestou admiração pelo governo húngaro e a intenção de aumentar as relações do Brasil com a Hungria por serem países com afinidades ideológicas (BRASIL, 2019c). Já Eduardo Bolsonaro, na qualidade de presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, visitou a Hungria, em abril de 2019, para “reforçar a cruzada contra o socialismo no mundo” e aprender com Orbán a ter um “trato com a imprensa sem politicamente correto”³⁹.

Washington. Capital dos Estados Unidos e destino internacional privilegiado pelo atual ministro da Justiça, Sérgio Moro. Em viagem feita em março de 2019, com Jair Bolsonaro e Eduardo Bolsonaro, Moro visitou a sede da Agência de Inteligência Central (CIA). A pauta da reunião incluiu a crise na Venezuela, o combate ao crime organizado e o fomento de

37 Disponível em <https://www.dw.com/pt-br/brasil-oficializa-sa%C3%ADda-da-unasul/a-48348335> (acesso em 5 de outubro de 2019).

38 Disponível em <https://br.sputniknews.com/europa/2019011113090332-orban-bolsonaro-democracia-crista/> (acesso em 5 de outubro de 2019).

39 Disponível em <https://exame.abril.com.br/brasil/em-viagem-a-europa-araujo-reforca-relacoes-com-a-extrema-direita/> (acesso em 5 de outubro de 2019).



cooperação com o Ministério da Justiça e o Gabinete de Segurança Institucional⁴⁰. Já em junho de 2019, Moro voltou à cidade, logo após o início do caso “Vaza Jato”⁴¹. Um encontro com autoridades do Departamento de Estado não teve o seu conteúdo divulgado⁴². Após reunião com autoridades do Departamento de Combate às Drogas (DEA), Moro anunciou que o governo brasileiro terá um funcionário integrado ao centro de inteligência de El Paso, cidade na fronteira entre o Texas e o México, para aprender sobre o combate ao narcotráfico e replicar as estratégias em Foz do Iguaçu, na fronteira com Argentina e Paraguai⁴³.

Xi Jinping. Atual presidente da China, país que é visto com desconfiança pelo governo brasileiro devido ao grande aumento do seu peso na economia brasileira ao longo da última década. Durante a campanha à presidência, Jair Bolsonaro assumiu um tom hostil ao declarar que a China estava “comprando o Brasil” e ao fazer um tour, oficialmente na qualidade de deputado federal, a Taiwan, Japão e Coreia do Sul, países refratários ao aumento de poder chinês na Ásia. Ernesto Araújo acredita que a China quer avançar seus interesses econômicos em todo o mundo para criar relações de dependência e avalia que o país é uma ameaça à democracia ocidental: “Não creio que a China não queira exportar seu modelo, que só pretenda fazer negócios. Aos chineses não interessa que os países mantenham a sua liberdade, já que não tem isso lá” (DIEGUEZ, 2019). Por outro lado, o vice-presidente da República, general Hamilton Mourão, fez uma visita de cinco dias à China, em maio de 2019, para contemporizar a visão antichinesa. Mourão teve um encontro pessoal com Xi e afirmou a disposição de manter o Brasil aberto a negócios com

40 Disponível em <https://oglobo.globo.com/mundo/em-washington-bolsonaro-faz-visita-surpresa-cia-23530762> (acesso em 5 de outubro de 2019).

41 Série de reportagens do site The Intercept que revelaram conversas virtuais entre Sérgio Moro, juiz da Operação Lava Jato, e o chefe da força-tarefa do Ministério Público da mesma, Deltan Dallagnon, nas quais ambos articulavam ações para conduzir investigações e depoimentos no caso. A Operação Lava Jato conta com cooperação do Departamento de Justiça dos Estados Unidos.

42 Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/06/apos-2-dias-com-agenda-secreta-moro-divulga-compromissos-nos-eua.shtml> (acesso em 5 de outubro de 2019).

43 Disponível em https://twitter.com/SF_Moro/status/1143327041351311360 (acesso em 5 de outubro de 2019).

o país asiático⁴⁴.

Yanomami. Povo indígena que Jair Bolsonaro acusa de formar um novo país dentro do Brasil, pois o tamanho de sua reserva equivaleria a duas vezes o tamanho do Estado do Rio de Janeiro⁴⁵. Para Bolsonaro, a política de demarcação de terras indígenas inaugurada pela Constituição de 1988 fomenta um risco de fragmentação do território nacional, trata os indígenas como “animais em zoológicos” e seria estimulada por ONGs estrangeiras que se valem da defesa dos direitos destes povos para terem presença na Amazônia⁴⁶. Na contramão do princípio constitucional de autodeterminação dos indígenas, o presidente brasileiro se opõe à concessão de novas demarcações e defende alterações legais que permitam, nas reservas atuais, atividades econômicas em larga escala, como mineração e agropecuária, tanto por empresas nacionais como estrangeiras.

Zona de acesso restrito. Termo incluído no acordo assinado entre Brasil e Estados Unidos, em março de 2019, para a utilização conjunta da Base Aeroespacial de Alcântara, no Maranhão. Pela proposta, os Estados Unidos pagariam um aluguel para usar a base, a fim de lançar satélites, foguetes e mísseis, sem qualquer compromisso de transferência de tecnologia ao Brasil. Para proteger sua propriedade intelectual, o país norte-americano exigiu a criação de um espaço onde apenas brasileiros credenciados por Washington poderiam circular. Além disso, em caso de acidentes, o acordo limitaria o poder investigativo de órgãos brasileiros. Por fim, o Brasil se comprometeria a alugar a base apenas a outros países que sejam signatários do Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis, do qual está excluída a China, com quem o país tem um programa de desenvolvimento de satélites desde os anos 1990⁴⁷. O acordo, negociado por militares brasileiros desde o governo Temer, ainda está em tramitação no Congresso

44 Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/24/internacional/1558699007_247522.html (acesso em 5 de outubro de 2019).

45 Disponível em <https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/posts/531053493710308/> (acesso em 5 de outubro de 2019).

46 Disponível em <https://exame.abril.com.br/brasil/bolsonaro-compara-indios-em-reservas-com-animais-em-zoologicos/> (acesso em 5 de outubro de 2019).

47 Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/politica/prensa-do-brasil-em-entregar-base-de-alcantara-para-os-eua-esbarra-em-uma-fraude/> (acesso em 5 de outubro de 2019).



nacional. O atual ministro da Defesa, general Fernando de Azevedo e Silva, buscou ainda que o Brasil se transformasse em um parceiro privilegiado da OTAN⁴⁸. O status foi concedido por Donald Trump em julho de 2019 e permitirá ao Brasil comprar equipamentos militares dos Estados Unidos com maior facilidade burocrática.

Referências

ARAÚJO, Ernesto H. F. Trump e o Ocidente. *Cadernos de Política Exterior*, ano III, n. 6, 2017, pp. 323-358.

BRASIL. Discurso do senhor ministro... Ministério das Relações Exteriores, 13 de junho de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/20512-discurso-do-senhor-ministro-de-estado-por-ocasio-da-abertura-do-seminario-sobre-globalismo-da-funag-palacio-itamaraty-10-de-junho-de-2019>. Acesso em 1º de out. de 2019.

_____ (b). Discurso do presidente... Ministério das Relações Exteriores, 27 de setembro de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/20890-discurso-do-presidente-jair-bolsonaro-na-abertura-da-74-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-york-24-de-setembro-de-2019>. Acesso em 3 de out. de 2019.

_____ (c). Discurso do ministro... Ministério das Relações Exteriores, 3 de janeiro de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/19907-discurso-do-ministro-ernesto-araujo-durante-cerimonia-de-posse-no-ministerio-das-relacoes-exteriores-brasilia-2-de-janeiro-de-2019>. Acesso em 2 de out. de 2019.

DIEGUEZ, Consuelo. O chanceler do regresso. *Revista Piauí*, 151, ano 13, abril de 2019, p. 21.

48 Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2019/03/28/interna_internacional,1041885/russia-diz-que-brasil-na-otan-eleva-tensao.shtml (acesso em 5 de outubro de 2019).



A política externa brasileira para os Estados Unidos no primeiro ano do governo Jair Bolsonaro

Leandro Wolpert dos Santos¹
Pesquisador OPISA

Introdução

Parece ser consensual entre os analistas que uma das principais características da política externa do presidente Jair Bolsonaro em seu primeiro ano de governo tem sido o objetivo explícito de promover a aproximação econômica e o alinhamento político aos Estados Unidos, mais especificamente com Donald Trump. É certo que a priorização das relações com Washington, seja por razões pragmáticas ou ideológicas, não representa, por si só, uma novidade na história diplomática brasileira, como nos lembram Lima e Albuquerque (2019). Também é certo que algumas das iniciativas verificadas até agora são, na verdade, desdobramentos de decisões tomadas na administração de Michel Temer (2016-2018), a exemplo da conclusão das tratativas em torno do acordo de salvaguardas tecnológicas para o uso comercial da base de lançamento aeroespacial de Alcântara, ou ainda dos esforços diplomáticos visando o apoio estadunidense ao ingresso do Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Sem embargo, a centralidade que o relacionamento com os EUA passou a ter na agenda internacional brasileira com o governo Bolsonaro vem gerando implicações em diversas frentes da ação diplomática do Brasil: tanto no âmbito regional, com o desengajamento no projeto de integração e a reinserção subalterna na agenda hemisférica pautada por Washington; quanto no âmbito multilateral, com o crescente isolamento do país em fóruns de governança global, a exemplo do Pacto Global das Nações Unidas sobre Migrações, de que o Brasil decidiu retirar-se tão logo Bolsonaro assumiu a presidência, assim como fizera Trump em 2017. Se levado às últimas consequências, portanto, o alinhamento aos EUA proposto por Bolsonaro pode resultar no que a literatura chama de ampla reestruturação

¹ Doutorando em Ciência Política pelo IESP/UERJ. Pesquisador do Observatório Político Sul-Americano (OPISA) e do Núcleo de Estudos de Atores e Agenda de Política Externa (NEAAPE). O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

da política externa (foreign policy restructuring) brasileira (HOLSTI, 1982).

O objetivo deste artigo é analisar as principais iniciativas e contradições da política externa do presidente Bolsonaro que têm consubstanciado, em seu primeiro ano de governo, o alinhamento do Brasil aos EUA. Além desta introdução e das considerações finais, o desenvolvimento do texto se organiza em três seções temáticas nas quais esse movimento diplomático se mostra mais evidente: i) cooperação militar e aproximação à OTAN; ii) relações bilaterais entabuladas a partir da visita presidencial de Bolsonaro aos Estados Unidos em março de 2019; e iii) relações com terceiros países e alinhamento nos fóruns multilaterais.

Cooperação militar e aproximação à OTAN

Uma das primeiras e mais importantes áreas em que Bolsonaro anunciou sua intenção de alinhar-se aos EUA foi no âmbito da defesa. Assim que tomou posse no início de janeiro, o presidente cogitou, em entrevista a uma rede de televisão brasileira, a possibilidade futura da instalação de uma base militar dos EUA no Brasil. A medida chegou a ser confirmada pelo chanceler Ernesto Araújo, que admitiu que “o presidente não exclui esse tipo de possibilidade [em referência à instalação da base]. Temos todo interesse em aumentar a cooperação com os EUA em todas as áreas. Isso é algo que tem que ser conversado. Não haveria problema na questão de uma presença desse tipo”². O secretário de Estado dos EUA, Mike Pompeo, que esteve presente na cerimônia de posse presidencial e desfrutou de audiência reservada com Bolsonaro no Palácio do Planalto, dissera estar satisfeito com o que chamou de oferta do governo brasileiro³.

A ideia, contudo, não obteve a simpatia do setor militar, sobretudo do Alto Comando do Exército, tido como o centro de gravidade do poder militar brasileiro. Além de ferir o zelo castrense com a soberania nacional e a integridade territorial, a eventual instalação de uma base estadunidense em solo brasileiro gerou receio quanto à possível militarização

² Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,chanceler-confirma-intencao-do-brasil-de-sediar-base-americana,70002667722> (acesso em: 24/09/2019).

³ Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,firmamos-satisfeitos-com-a-oferta-da-base-militar-diz-pompeo,70002668765> (acesso em: 24/09/2019).



da região sul-americana, caso potências extracontinentais como Rússia e China se vissem estimuladas a aumentar sua presença militar na Venezuela. Diante da resistência, Bolsonaro declinou sua intenção menos de uma semana depois de anunciá-la. Em defesa do presidente, o general de reserva e ministro do Gabinete de Segurança Institucional, Augusto Heleno, negou que o presidente tivesse planos nesse sentido e contemporizou dizendo que o fato não passou de um “mal-entendido”⁴.

Entretanto, desde o governo Temer, assisteu-se a um movimento de aproximação entre as forças armadas brasileiras e estadunidenses, cuja expressão máxima foi a realização, em novembro de 2017, de um exercício militar conjunto (Amazonlog 17) em Tabatinga, na região da tríplice fronteira amazônica entre Brasil, Peru e Colômbia, envolvendo tropas destes países e dos Estados Unidos. Considerada pelos próprios militares uma experiência inédita, por sua natureza e abrangência, a operação militar - baseada em ação similar promovida pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) na Hungria, em 2015, da qual o Brasil participou como observador - simulou a criação de uma base militar multinacional de caráter logístico e temporário, visando atender, sobretudo, emergências humanitárias, mas também fornecer apoio ao enfrentamento de crimes transfronteiriços⁵.

Alguns meses antes, as instalações do Comando Militar da Amazônia, onde o treinamento conjunto teve lugar, havia recebido a visita do comandante do Exército Sul dos Estados Unidos (Comando do Sul), major-general Clarence K. K. Chinn, que fora condecorado em Brasília com a medalha da Ordem do Mérito Militar. Ademais, como fruto de conversações iniciadas ainda em 2018, o exército brasileiro indicou, no início da administração Bolsonaro, o general de brigada Alcides Valeriano de Faria Junior para atuar no Comando do Sul, rompendo com a tradição diplomática brasileira de enviar militares apenas para missões multilaterais, como aquelas sob o comando da Organização das Nações Unidas (ONU)⁶.

4 Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,ministro-da-defesa-diz-que-nao-vislumbra-base-militar-dos-eua-no-brasil,70002672212> (acesso em: 24/09/2019).

5 Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/09/politica/1510250965_868739.html (acesso em: 25/09/2019).

6 Cf. Conjuntura Latitude Sul, Jan-Fev/2019, p. 4. Disponível em: <http://latsul.org/wp-content/uplo->

Ao assumir o poder, Bolsonaro viu nesse movimento de aproximação militar uma oportunidade para dar substância à cooperação bélica que almeja estabelecer em sua política de alinhamento aos EUA. Assim, durante sua visita à Washington em março de 2019, foram encetadas negociações para tornar o Brasil um aliado preferencial extra-OTAN, o que veio a ser oficializado com a declaração de Trump, no dia 31 de julho. Com esta designação, o Brasil passa a ter vantagens na compra de armamentos militares, acesso a equipamentos em excesso das Forças Armadas estadunidenses a preço de custo ou gratuitamente, bem como cooperação para treinamento militar e em pesquisa e desenvolvimento de tecnologia de defesa. Cumpre frisar, todavia, que isso não significa que os EUA irão dividir as tecnologias mais avançadas com o Brasil⁷.

O status de aliado preferencial da OTAN não gera qualquer obrigação formal ao Brasil, porquanto não o vincula ao pacto de defesa mútua que constitui a Organização. Mesmo assim, além de poder restringir as opções de escolha e ação brasileiras no mercado bélico internacional⁸, o acesso privilegiado à indústria militar estadunidense, caso não seja acompanhado efetivamente por projetos de transferência de tecnologia, pode aprofundar a dependência tecnológica externa das Forças Armadas do Brasil e comprometer o objetivo de médio e longo prazo de sua política nacional de defesa de desenvolver uma indústria bélica autônoma. De igual modo, a condição de aliado estratégico dos EUA reforça, ainda que de maneira indireta, o alinhamento do governo Bolsonaro à agenda de segurança internacional pautada por Washington.

Com efeito, dois eventos recentes apontam nesse sentido, ambos relacionados aos interesses estratégicos estadunidenses no Oriente Médio. O primeiro deles ocorreu ao longo do mês de julho, quando a empresa Petrobrás, cujo acionista majoritário é o Estado brasileiro, recusou-se a abastecer dois navios iranianos comerciais atracados há quase 50 dias no porto de Paranaguá, no Paraná, com o receio de sofrer represália dos Estados Unidos. A decisão foi endossada por Araújo e Bolsonaro que, além de admitir verbalmente

[ads/2019/03/Conjuntura-Latitude-Sul-janfev-2019.pdf](https://latsul.org/wp-content/uploads/2019/03/Conjuntura-Latitude-Sul-janfev-2019.pdf). (Acesso em 25/09/2019).

7 Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49199195> (acesso em: 25/09/2019).

8 Cf. Conjuntura Latitude Sul, Julho/2019, p. 5. Disponível em: http://latsul.org/wp-content/uploads/2019/08/ConjunturaLATSUL_julho_2019.pdf (acesso em: 25/09/2019).



estar alinhado à política de Trump de sanções econômicas contra o Irã, alertara a empresa brasileira sobre os embargos estadunidenses e os riscos a eles associados. Em resposta, o Irã ameaçou boicotar as importações do Brasil caso as embarcações não fossem abastecidas e afirmou que poderia encontrar facilmente novos parceiros comerciais. Diante da apreensão gerada nos setores militar e diplomático com as eventuais ameaças que o apoio explícito brasileiro aos EUA na crise do Golfo Pérsico poderiam representar para a segurança nacional do país, e após disputa judicial travada em instâncias inferiores, o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Dias Toffoli, determinou que a Petrobrás abastecesse os dois navios iranianos⁹.

No mês seguinte ao imbróglio diplomático com o Irã, Bolsonaro, sob a pressão de Washington, anunciou sua intenção de classificar o grupo libanês Hezbollah como organização terrorista, comparando-o, inclusive, com o Movimento dos Sem-Terra (MST) no Brasil, que também cunhou de “terrorista”. Segundo o presidente, existiriam indícios da presença de integrantes do Hezbollah na tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai, que estariam envolvidos com o crime organizado. Sustentada por Araújo e pelo deputado federal Eduardo Bolsonaro, filho do presidente e cotado para assumir a embaixada brasileira nos EUA, a iniciativa enfrenta forte resistência no Ministério da Defesa e nos serviços policiais brasileiros, em especial na Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e na Polícia Federal. Mais uma vez, o receio está relacionado com a segurança nacional, frente à possibilidade de que, com a medida, o Brasil crie inimigos que hoje não existem e, assim, torne-se alvo de ataques terroristas. Em acréscimo, a legislação brasileira não prevê que um grupo seja declarado terrorista sem que haja um reconhecimento anterior pelo Conselho de Segurança da ONU, o que dificultaria ainda mais a classificação do Hezbollah como organização terrorista no plano doméstico¹⁰.

Visita presidencial aos EUA, Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) e negociações comerciais

Além de dar ensejo para o lançamento de diversas iniciativas no âmbito bilateral, a viagem de Bolsonaro aos Estados Unidos, en-

tre os dias 17 e 19 de março, representou, por si só, um marco importante na história diplomática brasileira: foi a primeira vez, desde o regime militar, em que os EUA, e não um país latino-americano, foram escolhidos pelo presidente brasileiro para realizar sua primeira visita bilateral¹¹. Se partirmos da premissa, esposada pelo ex-chanceler brasileiro Luiz Felipe Lampreia, de que o programa de viagens presidenciais é coerente com as prioridades da política externa do governo (LAMPREIA, 1996), e que, portanto, constitui um indicador válido para medir o grau de importância atribuído à relação com outro país (LIMA; DUARTE, 2013), podemos inferir que a viagem presidencial de Bolsonaro para os EUA é reveladora da reestruturação em curso da política externa brasileira, com o seu eixo sendo transmutado do entorno regional para Washington.

De fato, as tratativas entre os mandatários brasileiro e estadunidense foram pautadas por uma agenda abrangente, envolvendo desde aspectos comerciais e de segurança pública até relações com terceiros países, em especial a Venezuela; sem mencionar as negociações para designar o Brasil como aliado preferencial extra-OTAN, já visto acima. Um dos principais resultados do encontro foi a assinatura do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) para o uso comercial do centro de lançamento aeroespacial (CLA) de Alcântara, no estado do Maranhão. O acordo prevê que os EUA poderão lançar satélites e foguetes a partir da base brasileira e, conforme as estimativas do governo, poderá render ao Brasil recursos na ordem de US\$ 10 bilhões a partir de 2040, consolidando o país no segmento de lançamentos aeroespaciais. Não é previsto, entretanto, nenhuma forma de transferência de tecnologia aeroespacial¹².

O AST não é de toda uma novidade. Em 2000, um acordo semelhante foi assinado no governo Cardoso, porém, diante da forte resistência no Congresso e na sociedade civil, não chegou a ser ratificado. Na administra-

11 Antes de visitar os Estados Unidos, Bolsonaro esteve na Suíça, porém, para participar do Fórum Econômico Mundial de Davos, ocorrido em janeiro de 2019. Desde 1964, apenas o presidente Itamar Franco (1992-1994) fez sua primeira visita bilateral para um país não latino-americano, a saber, Senegal. Brasil (2019a): “Biblioteca Presidência da República”. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes> (acesso em: 26/09/2019).

12 Disponível em: http://www.aeb.gov.br/wp-content/uploads/2019/04/folder_AST-ministérios.pdf (acesso em: 26/09/2019).

9 Cf. Conjuntura Latitude Sul, Julho/2019, op. cit. p. 4.
10 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/08/bolsonaro-confirma-plano-para-classificar-hezbollah-como-organizacao-terrorista.shtml> (acesso em: 25/09/2019).



ção Lula, foi bastante criticado pelo presidente e seu chanceler, Celso Amorim, permanecendo engavetado até o findar do governo Dilma. Isso porque o acordo era visto como lesivo à autonomia e soberania nacional, sobretudo em virtude das cláusulas conhecidas como salvaguardas políticas, que, entre outras medidas, proibiam o governo brasileiro de usar o dinheiro obtido no CLA para o desenvolvimento de tecnologia de lançamento de foguetes e satélites. Em acréscimo, outras cláusulas, tidas como salvaguardas técnicas, igualmente foram objeto de críticas, por restringir o acesso de autoridades brasileiras a determinadas áreas da base¹³.

Não obstante reconhecer o caráter “mais intrusivo do que o justificável para a proteção da propriedade intelectual” do antigo acordo, em 2017, o governo Temer retomou as negociações com Washington e enviou uma nova proposta que flexibilizava algumas exigências estadunidenses para a exploração comercial do CLA¹⁴. Como visto, o novo acordo só viria a ser assinado dois anos depois. Nele, algumas salvaguardas técnicas do antigo tratado foram, de fato, flexibilizadas, de modo que agora, por exemplo, o governo brasileiro terá maior participação no controle do acesso às áreas restritas (onde serão manipuladas as tecnologias estadunidenses), que poderão receber os órgãos nacionais de polícia e de prestação de socorro emergencial, caso necessário¹⁵. Todavia, não se observou flexibilização semelhante em nenhuma das salvaguardas políticas existentes no acordo assinado em 2000, ainda que tenha havido mudanças pontuais na redação do texto¹⁶. Apesar do sur-

13 Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=A4603A-744484689DEE1822F66E911807.proposicoesWeb2?codteor=9591&filename=Tramitacao-MSA+296/2001 (acesso em: 26/09/2019).

14 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/09/1922279-eua-avaliam-contraproposta-brasileira-para-uso-da-base-de-alcantara.shtml> (acesso em: 26/09/2019).

15 Cf. nota 12.

16 Por exemplo, apesar de o AST permitir que o Brasil utilize os recursos financeiros obtidos no CLA para “o desenvolvimento e aperfeiçoamento do Programa Espacial Brasileiro”, ele veda, à semelhança do acordo assinado em 2000, a aplicação de tais recursos para “a aquisição, desenvolvimento, produção, teste, emprego ou utilização de sistemas da Categoria I do MTCR [Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis, na tradução da sigla para o português]”, que incluem sistemas completos de foguete, veículos de lançamento espacial e veículos aéreos não tripulados (e.g. satélites). Ou seja, na prática, permanece o veto estadunidense à uti-

gimento de novas críticas quanto à violação da soberania nacional, o AST já foi aprovado por larga maioria na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados e sua tramitação segue agora, em regime de urgência, para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da casa parlamentar.

Outra negociação importante durante a viagem presidencial de Bolsonaro aos Estados Unidos se deu em torno do apoio de Washington à candidatura brasileira para o ingresso na OCDE, considerado o “clube dos ricos” na política internacional. Mais uma vez, as conversações vinham da administração Temer, mas encontravam resistência no governo estadunidense que, na ocasião, apesar de ter declarado apoio ao ingresso argentino, travou o início do processo de análise da solicitação brasileira. Na visão de Washington, a ampliação da Organização com a inclusão de novos países deveria ser feita de maneira gradual e moderada, de modo a não obstruir seu funcionamento¹⁷. Assim, para angariar a simpatia dos EUA, Bolsonaro concordou em renunciar ao tratamento especial e diferenciado (TED) de que o Brasil goza na Organização Mundial do Comércio (OMC) na qualidade de país em desenvolvimento. A decisão, no entanto, é válida apenas para as negociações atuais e futuras, não afetando o que fora acordado anteriormente e ainda está em vigor, como o Acordo sobre Salvaguardas e o Acordo de Agricultura¹⁸.

Em maio de 2019, durante reunião ministerial da OCDE, os EUA oficializaram seu apoio à entrada do Brasil na instituição, e um plano que previa o ingresso de seis países (Brasil, Argentina, Peru, Bulgária, Croácia e Romênia), com um cronograma para o início das negociações de adesão, passou a ser costurado pelo Secretário-Geral da instituição, Angel Gurría. Sem embargo, em carta enviada a Gurría em 28 de agosto, Washington ratificou seu apoio apenas às candidaturas da Argentina e da Romênia, sem mencionar as demais nações, e voltou a defender a posição de que a expansão da OCDE deve acontecer em “um ritmo controlado que leve em conta a necessidade de pressionar as reformas de

lização dos recursos oriundos do CLA para o desenvolvimento do programa espacial brasileiro. Cf. nota 12.

17 Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44361623> (acesso em: 27/09/2019).

18 Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20242-tratamento-especial-e-diferenciado-e-a-omc> (acesso em: 27/09/2019).

governança e o planejamento da sucessão¹⁹.

Por sua vez, a concessão brasileira na OMC traz consigo custos comerciais e políticos ao país. Sem o TED, o Brasil perde alguns privilégios como prazos maiores em disputas comerciais e na implementação de acordos, flexibilização na redução de tarifas e eliminação de barreiras, acesso facilitado aos mercados dos países desenvolvidos via Sistemas Gerais de Preferência (SGP), assim como custos mais baixos na captação de crédito internacional. De acordo com o governo brasileiro, contudo, o TED falhou como estratégia de desenvolvimento para a maioria dos países que o adotaram, entre outros motivos, porque desestimula a exportação de produtos de maior valor agregado. Outrossim, argumenta-se que o Brasil já não recorria ao tratamento especial em suas negociações e que é uma tendência inevitável a limitação cada vez mais estrita da validade do TED na reforma da OMC que se avizinha²⁰.

Mesmo assim, ao abdicar do status de país em desenvolvimento, o Brasil não só perde poder de barganha diante dos países desenvolvidos²¹, como também abandona seu papel de liderança a frente dos países em desenvolvimento industrializados. Assim, não causa estranheza o fato de Bolsonaro ter posicionado o Brasil ao lado de Washington na disputa em torno da reforma da OMC, sendo o único entre os demais integrantes do BRICS a não assinar a declaração sugerida pela Índia que rechaçava a proposta estadunidense de mudar os critérios de aplicação do TED²². A fricção entre os dois emergentes aumentou ainda mais depois que a Índia vetou o Brasil para a presidência da negociação multilateral em curso na OMC sobre subsídios para o setor pesqueiro²³.

Por último, vale mencionar a agenda bilateral de negociações comerciais estabelecida a partir da visita de Bolsonaro aos EUA. Uma das primeiras iniciativas nesse sentido foi a concessão unilateral da isenção de visos brasileiros para turistas dos EUA, Canadá

19 Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-50043629> (acesso em: 14/10/2019).

20 Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/06/13/entrada-do-brasil-na-ocde-provoca-polemica-na-cre> (acesso em: 27/09/2019).

21 Países como México e Coreia do Sul, mesmo sendo integrantes da OCDE, mantêm-se vinculados ao TED.

22 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/05/posicoes-sobre-venezuela-e-comercio-isolam-brasil-nos-brics.shtml> (acesso em: 27/09/2019).

23 Disponível em: <https://www.valor.com.br/brasil/6417971/india-que-vetava-brasil-na-omc-agora-veta-todos-os-paises-latinos> (acesso em: 27/09/2019).

dá, Japão e Austrália²⁴. Em acréscimo, foram relançados os fóruns de CEOs Brasil-EUA, paralisado desde o governo Dilma, e o Diálogo de Parceria Global, inaugurado em 2010 e operante somente por dois anos, mas que agora passará a se chamar Diálogo de Parceria Estratégica. O fórum renovado tem escopo abrangente e não se limita às questões comerciais, abarcando também aspectos políticos e de segurança, como a crise venezuelana²⁵.

Em julho, encetaram-se negociações extraoficiais para um acordo comercial que, a princípio, ficará restrito a medidas de facilitação de comércio²⁶. Porém, até o momento, não houve avanços em demandas comerciais do Brasil, como a reabertura do mercado estadunidense para carne bovina e a redução da taxa sobre o açúcar. Por outro lado, como de praxe, o governo brasileiro antecipou concessões ao adotar uma cota anual de importação de 750 toneladas de trigo a tarifa zero²⁷ e elevar, de 600 milhões para 750 milhões de litros, a cota de importação do etanol livre de tarifas por 12 meses.

Relações com terceiros países e fóruns multilaterais

Como visto acima, a política de Bolsonaro de alinhamento aos EUA transbordou a dimensão bilateral e trouxe reflexos nas relações do Brasil com outros países e fóruns multilaterais. Certamente, a questão venezuelana foi uma das principais áreas em que essa imbricação se manifestou mais evidente.

24 Medida semelhante já havia sido ensaiada na administração Temer em 2017, mas fora barrada pelo próprio Ministério de Relações Exteriores, que alegou que a mesma feria o princípio da reciprocidade, sobretudo em virtude do decreto de Trump, emitido no mesmo ano, que dificultava a concessão de vistos a cidadãos de diversos países, entre eles o Brasil. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/18/bolsonaro-libera-cidadaos-de-eua-australia-canada-e-japao-de-visto-de-visita-ao-brasil.ghtml> (acesso em: 27/09/2019).

25 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/08/brasil-e-eua-ressuscitam-forum-estrategico-para-aprofundar-relacao.shtml> (acesso em: 27/09/2019).

26 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/brasil-vai-discutir-medidas-para-facilitar-comercio-com-os-eua.shtml> (acesso em: 27/09/2019).

27 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/03/apos-elogios-e-concessoes-de-bolsonaro-trump-apoia-entrada-do-brasil-na-ocde.shtml> (acesso em: 27/09/2019).



Desde o governo Temer, o Brasil passou a lidar com a crise política e econômica na Venezuela por meio do Grupo de Lima²⁸, que conta com o apoio estadunidense, e via a OEA, em coordenação com Washington, deixando de lado as instituições criadas na administração Lula com a finalidade de gerir instabilidades regionais, a exemplo da UNASUL e da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). No governo Bolsonaro, essa mudança no lócus de atuação regional da diplomacia brasileira se consolidou. Logo no primeiro mês do ano, o Brasil e os demais integrantes do Grupo de Lima secundaram a decisão estadunidense de reconhecer o governo interino formado pelo autoproclamado presidente Juan Guaidó, opositor ao regime Maduro. Desde então, Brasil e Estados Unidos têm mantido um diálogo constante sobre a crise venezuelana, tanto em nível presidencial, com as duas reuniões até agora realizadas entre Bolsonaro e Trump²⁹, quanto ministerial, com os frequentes encontros entre Araújo e Mike Pompeo.

A despeito de defender, assim como Washington, a mudança de regime político na Venezuela, contrariando o princípio da política externa brasileira de não ingerência nos assuntos internos de outras nações, a posição de Brasília tem apresentado algumas contradições. Por um lado, a ala ideológica do governo, formada pelo chanceler Araújo e o deputado Eduardo Bolsonaro, sob a influência do pensador Olavo de Carvalho, demonstra simpatia à possibilidade de intervenção armada aventada pelos Estados Unidos. Por outro lado, os militares brasileiros opõem-se fortemente a qualquer solução via o uso da força à crise venezuelana e lograram reverter algumas iniciativas do núcleo ideológico do governo, como o respaldo do chanceler brasileiro à decisão do Grupo de Lima de interromper os canais de diálogo com as Forças Armadas venezuelanas³⁰.

Mesmo assim, a coordenação política com Washington se acentuou no âmbito da OEA, 28 O Grupo de Lima foi criado em agosto de 2017, em paralelo à OEA, por países como Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai, sob a liderança do Peru, que defendiam uma postura mais assertiva na condenação ao regime de Nicolás Maduro no âmbito hemisférico.

29 O segundo encontro entre Bolsonaro e Trump ocorreu às margens da reunião de Cúpula do G20, em junho.

30 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/crise-na-venezuela-aprofundou-desgaste-entre-ernesto-araujo-militares-23634808> (acesso em: 20/09/2019).

com o apoio brasileiro à resolução proposta por Guaidó e patrocinada pelos EUA para a convocação do órgão de consulta do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), que prevê a defesa mútua dos países-membros em caso de ataques externos. Inativo desde o fim da Guerra Fria, a convocação do órgão foi justificada pelo impacto desestabilizador e a ameaça à paz e à segurança que a crise venezuelana representaria no hemisfério³¹. A partir desse dispositivo, uma nova resolução foi aprovada em meados de setembro, estabelecendo um mecanismo para investigar e julgar pessoas e entidades do regime de Maduro vinculadas à narco-guerrilha e ao terrorismo, bem como responsáveis por violações de direitos humanos, corrupção e lavagem de dinheiro. A resolução, contudo, não menciona a possibilidade de uma intervenção militar³².

Muito embora a delegação brasileira tenha votado contra uma emenda à convocação do TIAR, apresentada pela Costa Rica, que excluía expressamente medidas que implicassem o emprego de força armada na crise venezuelana³³, parece haver um compromisso entre a chancelaria e os militares brasileiros em torno de uma solução diplomática para a crise envolvendo a concessão da anistia a Maduro, em troca da convocação de eleições gerais e a libertação dos presos políticos³⁴. À semelhança do suporte brasileiro à reforma da OMC, com possíveis mudanças no TED, o apoio do Brasil à convocação do TIAR pode aprofundar as diferenças com os demais integrantes do BRICS, que não reconhecem o governo interino de Guaidó e rejeitam qualquer ingerência externa visando promover a mudança de regime político³⁵.

Além da Venezuela, o alinhamento de Bolsonaro aos Estados Unidos tem repercutido nas relações do Brasil com a China. O novo presidente brasileiro tem dado apoio à iniciativa liderada pelos EUA de promover mu-

31 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/09/na-oea-brasil-apoia-guaido-para-ativar-tratado-de-defesa-mutua-no-continente.shtml> (acesso em: 29/09/2019).

32 Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20888-sessao-do-orgao-de-consulta-do-tratado-interamericano-de-assistencia-reciproca-tiar-nova-york-23-de-setembro-de-2019> (acesso em: 29/09/2019).

33 Cf. nota 31.

34 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/09/ala-olavista-passa-a-apoiar-anistia-a-maduro-por-mudanca-na-venezuela.shtml> (acesso em: 29/09/2019)..

35 Cf. nota 22.



danças importantes na OMC que prejudicam diretamente os interesses da nação asiática, como as questões referentes ao TED, já mencionado acima, à transferência de tecnologia exigida por Beijing para que as empresas estrangeiras possam se instalar no país, bem como à interferência estatal na promoção de empresas chinesas no exterior, condenada por Washington e seus aliados como práticas desleais de comércio³⁶. Em acréscimo, a ala ideológica do governo compartilha a preocupação estadunidense com o avanço econômico chinês na América Latina, sendo este, inclusive, tema de discussão no jantar oferecido a um grupo de políticos conservadores, entre eles Steve Bannon, na embaixada do Brasil em Washington, durante a viagem presidencial de Bolsonaro aos EUA³⁷.

Apesar disso, a influência dos militares, na figura do vice-presidente Hamilton Mourão, e do agronegócio brasileiro, representado pela ministra da agricultura Teresa Cristina, têm obstado, com o apoio do ministro da economia, Paulo Guedes, a postura hostil em relação à Beijing. São todas evidências nesse sentido: i) o apoio brasileiro, bancado por Cristina, ao candidato chinês para o cargo de diretor-geral da FAO, contrariando as preferências de Araújo, que advogou pelo candidato da Geórgia patrocinado pelos EUA³⁸; ii) a resistência brasileira à pressão dos EUA para excluir a companhia chinesa Huawei das redes nacionais de telecomunicações³⁹; e iii) a reativação da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban), inoperante desde 2015⁴⁰, apesar de Araújo, em palestra magna no Itamaraty, ter associado o período recente de aproximação com a China à estagnação do desenvolvimento brasileiro,

36 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/01/ministro-das-relacoes-exteriores-defende-mudanca-na-omc-que-prejudica-a-china.shtml> (acesso em: 29/09/2019).

37 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/03/dependencia-da-china-foi-principal-tema-de-jantar-de-bolsonaro-nos-eua.shtml> (acesso em: 29/09/2019).

38 Cf. Conjuntura Latitude Sul, Maio/2019, p. 4. Disponível em: http://latsul.org/wp-content/uploads/2019/06/ConjunturaLATSUL_maio_2019.pdf (acesso em: 30/09/2019).

39 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/05/brasil-ve-huawei-com-bons-olhos-diz-mourao-durante-visita-a-china.shtml> (acesso em: 30/09/2019).

40 Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-05/em-visita-oficial-china-mourao-reativa-comissao-sino-brasileira> (acesso em: 30/09/2019).

tentando justificar, com este argumento, o retorno do alinhamento aos EUA⁴¹.

Finalmente, o alinhamento do governo Bolsonaro aos Estados Unidos tem sido acompanhado por mudanças na posição brasileira em temas e fóruns multilaterais, a exemplo da questão imigratória. Antes mesmo de tomar posse em janeiro de 2019 como chanceler brasileiro, Ernesto Araújo já havia anunciado a intenção do presidente eleito de retirar o Brasil do Pacto Global de Migração da ONU. Adotado no fim da administração Temer, o acordo busca, entre outras medidas, coordenar as políticas nacionais de imigração e estabelecer, ainda que sem caráter vinculante, regras de extradição de imigrantes. Em consonância com a pressão exercida pelos EUA para que as demais nações não aderissem ao Pacto, o governo brasileiro decidiu renunciar ao mesmo em janeiro de 2019, ecoando os mesmos argumentos utilizados pelos líderes conservadores de países como Israel, Hungria, República Tcheca e Polônia, segundo os quais a política migratória deve ser regulamentada exclusivamente pelos governos nacionais⁴².

O alinhamento brasileiro à política migratória de Trump se fez notar também em outras dimensões espaciais. No plano regional, tanto Bolsonaro quanto o vice-presidente Mourão declararam apoio à construção do muro na fronteira entre os Estados Unidos e o México, propugnado por Washington para conter a onda imigratória entre os países vizinhos. Meses antes, o deputado Eduardo Bolsonaro fizera o mesmo durante uma festa particular nos EUA, organizada por apoiadores de Trump⁴³. Cumpre lembrar que a ideia de construção do muro não havia sido bem recebida pelo Itamaraty em 2017. Já no plano doméstico, o governo brasileiro sucumbiu à pressão de Washington para que fosse facilitada a deportação de imigrantes presos como ilegais, ao emitir parecer jurídico autorizando a entrada de brasileiros de volta ao país apenas com um atestado de nacionalidade⁴⁴.

41 Disponível em: <http://funag.gov.br/index.php/pt-br/component/content/article?id=2912> (acesso em 30/09/2019).

42 Disponível em: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-deixa-pacto-global-pela-imigracao-da-onu,70002671958> (acesso em: 30/09/2019).

43 Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47842907> (acesso em: 30/09/2019).

44 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/08/brasil-facilita-deportacao-de-brasileiros-dos-eua-apos-pressao-do-governo-trump.shtml> (acesso em: 30/09/2019).



Considerações finais

Com pouco mais de nove meses de governo, ainda é demasiado cedo para extrair conclusões definitivas a respeito da política externa de Jair Bolsonaro. De fato, a nova gestão presidencial parece suscitar mais perguntas do que respostas. Cabe indagar, por exemplo, quais as motivações e a viabilidade do alinhamento aos Estados Unidos propugnado pelo governo brasileiro. O novo modelo de inserção internacional que se pretende implementar parece, em parte, ser resultado da estratégia política de Bolsonaro para diferenciar-se das administrações petistas e, assim, manter coesa sua base de apoio doméstico. Como o próprio presidente definiu em viagem oficial aos EUA, o objetivo do seu governo é “desconstruir e desfazer muita coisa”, para só depois fazer algo pelo país⁴⁵.

Mas, além do interesse meramente político, parece haver também uma idolatria e identidade de ideias do mandatário brasileiro com Donald Trump e, de maneira mais ampla, com o pensamento conservador de direita ora em gestação nos Estados Unidos e na Europa. Tal pensamento fincou raízes na assim chamada ala ideológica do governo, formada pelo chanceler brasileiro, Ernesto Araújo, o deputado federal cotado para embaixador nos EUA, Eduardo Bolsonaro, e o guru intelectual com forte incidência sobre a família do presidente, Olavo de Carvalho. Para além de encontros frequentes com Steve Bannon, ex-estrategista de Trump e idealizador da organização “O Movimento”, defensora do populismo e nacionalismo de direita, Araújo, Eduardo e Olavo compartilham entre si um objetivo comum: promover, ao lado de Washington, uma “nova” ordem internacional calcada no liberalismo econômico e nos valores conservadores do Ocidente⁴⁶.

Se é verdade que a atuação da ala ideológica tem influenciado a política de alinhamento aos EUA, também é certo que tal política vem enfrentando resistência em outros setores do governo tidos como mais pragmáticos, a

exemplo dos militares sob a liderança do vice-presidente Hamilton Mourão, da ministra da agricultura Tereza Cristina e do ministro da economia Paulo Guedes. Nosso objetivo neste artigo foi justamente retratar as iniciativas e contradições, resultantes das disputas políticas domésticas, que encarnaram a política externa de alinhamento à Washington no primeiro ano do governo Bolsonaro.

Referências

HOLSTI, K. J. (ed) *Why Nations Realign. Foreign Policy Restructuring in the Postwar World*. London: Allen and Unwin, 1982.

LAMPREIA, L. F. A política externa brasileira no primeiro ano do Governo Fernando Henrique Cardoso - Exposição do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, perante a Comissão de Relações Exteriores da Câmara. In: *Resenhas de Política Exterior do Brasil*, ano 23, n. 78, 1º semestre, 1996, pp. 165-177.

LIMA, M. R. S. de; ALBUQUERQUE, M. O. *Estilo Bolsonaro de Governar e a Política Externa*. In: *Boletim OPSA*, n. 1, jan/mar, 2019.

LIMA, M. R. S. de.; DUARTE, R. de S. *Diplomacia presidencial e politização da política externa: uma comparação dos governos FHC e Lula*. In: *Observador On-Line (OPSA)*, v.8, n. 9, 2013, pp. 1-24.

45 Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/03/18/nos-temos-e-que-desconstruir-muita-coisa-diz-bolsonaro-durante-jantar.ghtml>. (Acesso em: 30/09/2019).

46 Disponível em: <http://www.funag.gov.br/index.php/pt-br/2015-02-12-19-38-42/137-nova-politica-externa/2914-intervencao-do-embaixador-ernesto-araujo-ministro-das-relacoes-exteriores-do-brasil-no-dia-do-brasil-na-camara-de-comercio-dos-estados-unidos-washington-18-de-marco-de-2019-ingles> (acesso em 30/09/2019).



Incêndios na Amazônia: uma comparação das posições e dos conflitos no Brasil e na Bolívia

Ghaio Nicodemos¹
Pesquisador OPISA

Marília Closs²
Pesquisadora OPISA

Introdução

Os recentes incêndios na região da Floresta Amazônica reacenderam na comunidade internacional o debate a respeito da preservação do ecossistema. Entre agosto e setembro de 2019, multiplicaram-se os incêndios florestais na região, e as origens do fogo têm explicações tanto ambientais - o fato de ser época de seca na região -, quanto criminosas - ampliação das queimadas provocadas pela ação humana. Dois países da região, onde ocorreram a maior parte dos incêndios florestais, mostraram reações distintas à preocupação internacional: o Brasil teve um comportamento reativo, manifestando desprezo aos temores estrangeiros quanto ao status soberano e à segurança da Floresta Amazônica, enquanto a Bolívia apresentou um posicionamento mais flexível ao diálogo e à cooperação.

As queimadas na floresta trouxeram à tona novas e antigas discussões sobre o tema, como debates sobre soberania nacional e internacionalização da Amazônia, cooperação internacional para a preservação do meio ambiente e/ou a instrumentalização desta para intervenções estrangeiras na região. Com isso, são múltiplas as interpretações e narrativas utilizadas frente ao problema, assim como são diversos os posicionamentos na região, seja por atores estatais, seja por atores não-estatais.

Neste trabalho, busca-se tecer uma breve

1 Doutorando e mestre em Ciência Política pelo IESP/UERJ. Pesquisador do Observatório Político Sul-Americano (OPISA) e do Núcleo de Estudos de Atores e Agenda de Política Externa (NEAAPE). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

2 Doutoranda e mestra em Ciência Política pelo IESP/UERJ. Pesquisadora do Observatório Político Sul-Americano e pelo Núcleo de Estudos em Teoria Social e América Latina (NETSAL). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

comparação entre Brasil e Bolívia, tanto na identificação das possíveis causas das queimadas, como no posicionamento formal dos respectivos governantes e Ministérios de Relações Exteriores. Em seguida, abordaremos o tratamento recebido por ambos os países por parte da comunidade internacional e a reação dos representantes dos governos dos dois países aos posicionamentos de atores estrangeiros. Por fim, apontaremos como alguns atores não-estatais de ambos os países se colocaram diante dos incidentes.

Brasil e Bolívia: uma causa e duas reações?

Uma das principais causas para os incêndios na região amazônica é a queimada da região de mata nativa (também conhecida como “chaqueo” na Bolívia) para permitir a abertura de terrenos para o cultivo agrícola³. A prática não é nova e parece acompanhar os esforços dos governos e de atores privados dos países da região amazônica para a expansão da fronteira agrícola, convertendo regiões de vegetação antes intocada em território para a exploração econômica, sobretudo para o cultivo agropecuário. Esse tipo de prática não indica somente a expansão das fronteiras agrícolas enquanto resultado de um modelo de acumulação de capital e exploração do território, mas também a hegemonia e o poder das classes latifundiárias em ambos os países.

Nos anos mais recentes, esses incêndios provocados contaram com a condescendência dos governantes em ambos os países: no Brasil, em função da relação dos governantes com a bancada legislativa do agronegócio; na Bolívia, em função da narrativa do governo de Evo Morales, presidente do país, de que a prática é utilizada por pequenos agricultores e comunidades originárias que dependem do chaqueo para a subsistência. Além disso, o aumento dos incêndios na Bolívia acompanha a mudança da regulamentação, por meio de Decreto Supremo assinado por Evo Morales este ano, que amplia a autorização para “queimadas controladas” nos departamentos de Beni e Santa Cruz. Ainda que ambos os governos apresentem espectros político-ideológico radicalmente diferentes, a influência e a dependência do Estado nacional com relação às classes latifundiárias é, ainda hoje, elemento estruturante nos dois territórios.

Os incêndios florestais no Brasil contaram, ainda, com a colaboração de uma disputa institucional entre o presidente da República,

3 Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-49447615> (acesso em: setembro/2019).



Jair Bolsonaro, e o diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), que, entre suas atividades, monitora as queimadas por satélite⁴. Bolsonaro fez o possível para desqualificar os dados de desmatamento fornecidos pelo órgão técnico ao associar o dirigente do instituto aos interesses de “ONGs ambientalistas”. A retórica contrária à atuação de ONGs também constou do posicionamento formal do presidente brasileiro, que imputou a estas o início das queimadas na região amazônica. As ações do país para contenção dos incêndios acabariam ocorrendo depois de grande repercussão internacional, em parte por demanda de Tereza Cristina, Ministra da Agricultura e ligada ao agronegócio, que alertou que a postura reativa e agressiva de Bolsonaro às críticas de chefes de Estado de fora da região - sobretudo do presidente francês, Emmanuel Macron - poderia comprometer o comércio de commodities agrícolas.

Atendendo às demandas de maior compromisso com o combate às queimadas e contenção dos incêndios, Bolsonaro assinou um decreto proibindo por 60 dias as queimadas⁵ e engajando as Forças Armadas na coordenação dos incêndios como um ‘recado’ de que o país não toleraria ameaças a sua soberania⁶. Ou seja, o que se pode notar é que, se não há consensos dentro do Executivo brasileiro, as medidas adotadas por Bolsonaro só vieram após as pressões internas e externas terem se intensificado, e ações só foram implementadas após dias de batalha informacional e construções de narrativas por parte do presidente, que imputavam a culpa dos incêndios a terceiros, como as ONGs e as comunidades de populações originárias.

A postura boliviana em relação aos incêndios seguiu por caminho relativamente menos ofensivo aos atores sociais e mais receptivo à opinião da comunidade internacional. Entretanto, o presidente Evo Morales também não agiu de imediato para a contenção dos incêndios, tendo a primeira frente de combate ficado a cargo do governo do departamento de Santa Cruz⁷, espaço onde, historicamente,

está concentrada a oposição a Morales. Foi neste departamento que ocorreu a maior parte dos incêndios dentro do território boliviano, principalmente na região da Chiquitania. Até o final de setembro, mais de 4 milhões de hectares já haviam sido afetados pelas chamas, o dobro da quantidade de queimadas registradas nos últimos três anos somados no país⁸.

Morales adotou uma posição mais ativa que Bolsonaro quando a crise atingiu seu ápice, criando um gabinete emergencial com a função de coordenar o combate aos incêndios⁹. Apesar de não apontar inimigos como o presidente brasileiro fez, o chefe de Estado boliviano minimizou a culpa dos agricultores que praticam o *chaqueo* pela dependência desses para sua subsistência¹⁰. A oposição ao mandatário boliviano acusou-o de displicência com relação à floresta. Segundo, Carlos Mesa, ex-presidente e principal nome da oposição, Morales agiu de forma cínica ao se comportar como um ambientalista, já que o presidente não teria atuado a tempo de evitar a tragédia¹¹.

Repercussão internacional

Os incêndios na região amazônica provocaram fortes reações na comunidade internacional. Tais reações originaram-se de dois grupos de países e organismos internacionais: governos regionais, sobretudo do Peru e da Colômbia, países que também possuem território coberto pela floresta amazônica e observam a questão das queimadas como problema; e governos extrarregionais, principalmente alguns membros do G7, com destaque especial para a França, e a Alemanha. O governo colombiano, dentre os atores regionais, foi aquele que mais se destacou, já que buscou

[dad/santa-cruz-incendio-forestal-alerta-roja-fuego_0_3198280201.html](http://www.gub.uy/santa-cruz-incendio-forestal-alerta-roja-fuego_0_3198280201.html) (acesso em: setembro/2019).

⁸ Disponível em:

<https://www.eldeber.com.bo/bbc/Incendios-en-el-Amazonas-que-paso-con-las-llamas-que-arrasaban-las-selvas-en-Brasil-Bolivia-y-Paraguay-20190924-20231.html> (acesso em: setembro/2018).

⁹ Disponível em: http://www.la-razon.com/sociedad/Incendios-Evo-gabinete-emergencia-ambiental-contrato-avion-contraincendios_0_3206679314.html (acesso em: setembro/2019).

¹⁰ Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-49447615> (acesso em: setembro/2019).

¹¹ Disponível em: <https://www.eldeber.com.bo/bolivia/Evo-dice-que-esta-ganando-al-fuego-y-opositores-lo-acusan-de-cinico-20190923-9589.html> (acesso em: setembro/2019).

⁴ Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/diretor-do-inpe-diz-que-criticas-de-bolsonaro-a-dados-sao-inaceitaveis/> (acesso em: setembro/2019).

⁵ Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/plano-de-acao-governo-recebe-propostas-contraqueimadas-na-amazonia/> (acesso em: setembro/2019).

⁶ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/08/exercito-fica-a-frente-de-acao-na-amazonia-para-dar-recado-sobre-soberania.shtml> (acesso em: setembro/2019).

⁷ Disponível em: <http://www.la-razon.com/socie->



ganhar protagonismo na contenção dos incêndios ao ter a iniciativa de formar uma coalizão regional entre os países da região amazônica capaz de garantir aporte de recursos e expertise para a proteção da floresta tropical¹². O Pacto de Leticia pela Amazônia, como ficou conhecido, foi oficializado nos dias 5 e 6 de setembro na Colômbia e tem como objetivo construir soluções conjuntas aos problemas.

De acordo com Ivan Duque, presidente colombiano, é hora de serem criados novos mecanismos para substituir outros que já estão ultrapassados, como a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica¹³ (OTCA). Para a assinatura do pacto, estiveram presentes, além de Duque, representantes do Peru, da Bolívia, do Equador, do Suriname, do Brasil e da Guiana. Duque enfatizou a importância do pacto para a construção conjunta de agendas que vão além do meio ambiente, como o combate ao tráfico de drogas e à mineração ilegal. Anteriormente, os presidentes colombiano e peruano, Martín Vizcarra, haviam discutido a situação no âmbito bilateral – e nessa reunião bilateral o Pacto de Leticia foi idealizado.

Evo Morales buscou apoio no âmbito regional, por meio da OTCA, desviando de temas considerados sensíveis a agenda dos demais países amazônicos, visto que a maioria dos países da região possuem governos que antagonizam com o seu no campo ideológico. Após a falta de resposta por parte da OTCA, Morales se juntou ao âmbito multilateral e à iniciativa lançada por Duque e Vizcarra. Antes disso, no entanto, o país já contava com ajuda peruana, chilena, espanhola e argentina, além da presença de um avião Supertanker¹⁴ estadunidense¹⁵. Já o Brasil, sob Bolsonaro, parece ter sido beneficiado no âmbito regional por conta do alinhamento ideológico com os demais governantes da região, assistindo seus correlatos regionais tentando apaziguar críticas à agenda do seu governo¹⁶.

12 Disponível em: <https://www.eltiempo.com/politica/gobierno/pacto-por-la-conservacion-de-la-amazonia-sera-liderado-por-colombia-404766> (acesso em: setembro/2019).

13 Disponível em: <https://www.eldeber.com.bo/mundo/Presidentes-firman-Pacto-de-Leticia-para-preservar-recursos-de-Amazonia-20190906-8268.html> (acesso em: setembro/2019).

14 Avião tanque para transporte e distribuição de água bastante utilizado no combate a incêndios.

15 Disponível em: <https://www.eldeber.com.bo/bolivia/Mas-de-700.000-hectareas-ardieron-solo-en-agosto-20190826-0001.html> (acesso em: setembro/2019).

16 Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/po->

No âmbito extrarregional, percebe-se uma maior diferenciação no tratamento de Brasil e Bolívia, quer na escolha dos parceiros para a cooperação ou na incidência de críticas e imputação de responsabilidades. O governo brasileiro sofreu uma incidência severa de críticas internacionais, sobretudo do mandatário francês Emmanuel Macron, com quem o presidente brasileiro antagonizara de maneira agressiva¹⁷, mas também do Secretário-Geral da ONU¹⁸ e da Alemanha. A França se engajou mais na questão das queimadas por conta da Guiana Francesa, departamento ultramarino que o país mantém na América do Sul. A retórica de Macron aponta para a preservação ambiental na região da Guiana Francesa, onde 95% do território é coberto pela floresta tropical. Uma das principais críticas ao ativismo francês para a região é a concessão de empreendimentos para a mineração de ouro, e a ineficiência governamental para o combate aos garimpos ilegais¹⁹. Também incidiram críticas ao governo francês por não ter consultado as populações originárias no processo de licenciamento das atividades de mineração legalizada. O governo brasileiro respondeu à postura dos países europeus com a construção da narrativa de que se tratava da manifestação de interesses colonialistas na região. Frente a um cenário internacional pouco receptivo à postura desrespeitosa e agressiva de Bolsonaro, o Brasil buscou se fiar no apoio dos EUA, que apresentou a proposta de um fundo de proteção a floresta amazônica no montante de US\$ 100 milhões²⁰. Poucos dias antes da crise dos incêndios florestais estourar, o governo brasileiro deixou de contar com o financiamento alemão e norueguês para o

litica/noticia/2019-08/presidentes-sul-americanos-discutirao-preservacao-da-amazonia (acesso em: setembro/2019).

17 Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/08/26/bolsonaro-questiona-interesse-de-macron-em-ajudar-no-esforco-contra-queimadas-na-amazonia.ghtml> (acesso em: setembro/2019).

18 Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/08/22/presidente-da-assembly-geral-da-onu-condena-os-incendios-florestais-e-o-impacto-deles-na-mudanca-climatica.ghtml> (acesso em: setembro/2019).

19 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/08/franca-enfrenta-obstaculos-para-preservar-sua-parte-da-amazonia.shtml> (acesso em: setembro/2019).

20 Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/09/13/eua-voltam-a-prometer-fundo-de-us-100-milhoes-para-a-amazonia.ghtml> (acesso em: setembro/2019).



Fundo Amazônia²¹, do qual o governo busca usar recursos para indenização de agricultores²². O Brasil também contou com a colaboração do governo israelense, com o qual o presidente Jair Bolsonaro vem cultivado boas relações desde o início do mandato, buscando coordenar a política externa brasileira com a agenda do governo estadunidense.

O governo boliviano seguiu uma trajetória distinta: se, em um primeiro momento, Morales tardou em admitir a gravidade da situação, logo passou a se valer de seu tradicional discurso em defesa da Pachamama e da madre tierra. Ainda que com diversas contradições e embates com movimentos sociais e ambientalistas, a defesa do meio ambiente e de uma relação menos predatória dos recursos naturais são pontos centrais do programa de Morales e do Movimiento al Socialismo (MAS), seu partido-movimento. Isto fez com que, a partir deste discurso, a postura de Morales fosse bem menos antagônica e conflitiva com a agenda e os movimentos ambientalistas a nível internacional. Como consequência, houve menos desacordos à nível internacional, e a Bolívia pediu apoio financeiro do G-7, da China²³ e do governo francês²⁴.

O assunto, no entanto, segue em debate. Por ocasião da abertura da 74^a sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, a Amazônia foi um dos temas prioritários na agenda. Jair Bolsonaro, ao abrir a sessão, se valeu de tom combativo e afirmou que seu governo “protege o meio ambiente”, que as queimadas têm origem no clima seco da região e da temporada, e que muitas delas são praticadas por “índios e populações locais”, nas próprias palavras. Ademais, o presidente afirmou que as críticas ao seu governo eram “sensacionistas”, que tinham “espírito colonialista”, materializado em ações como as propostas de sanções levantadas por países do G7. Fez críticas ainda às lideranças indígenas, como o Cacique Raoni, da nação caiapó, e afirmou

21 Disponível em: sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,noruega-bloqueia-repasse-de-mais-de-r-130-milhoes-para-preservacao-da-amazonia,70002968928 (acesso em: setembro/2019).

22 Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/blog/andre-trigueiro/post/2019/06/11/noruega-e-alemanha-recusam-proposta-de-mudanca-do-governo-para-o-fundo-amazonia.ghtml> (acesso em: setembro/2019).

23 Disponível em: http://www.la-razon.com/sociedad/Incendios_forestales-China-analiza-ayuda-Bolivia-cooperacion_0_3210878910.html (acesso em: setembro/2019).

24 Disponível em: http://www.la-razon.com/nacional/incendios-amazonia-francia-bolivia_0_3209679031.html (acesso em: setembro/2019).

que populações originárias não “querem ser latifundiárias”²⁵.

Na mesma ocasião, Macron adotou postura menos agressiva, mas crítica à narrativa escolhida pelo mandatário brasileiro. Alguns dias antes, o presidente francês lançou a Alliance for Rainforests, ou “Aliança para as Florestas Tropicais”, em português, com o objetivo de encontrar soluções e recursos para o problema. O francês reiterou a ausência do presidente brasileiro na reunião, que contou com representações de países como Estados Unidos, Bolívia, Chile, Alemanha e Colômbia. Evo Morales, por sua vez, reiterou em seu discurso na Assembleia Geral que a Bolívia é um país que preserva o meio ambiente, que está usando todos os recursos para combater às queimadas, mas que foi pego de surpresa pelos incêndios²⁶. Na reunião da Aliança, o presidente boliviano já havia enfatizado os esforços do país em combater o fogo, em discurso que acusou o modelo de produção capitalista como o principal responsável pelas queimadas, por ser um regime que “tem ganância sem limites” e que “fortalece o divórcio do ser humano com a natureza”, nas suas palavras²⁷.

Atores domésticos e movimentos sociais

No âmbito dos atores não-estatais e dos conflitos intraburocráticos, observamos comportamentos variados em ambos os países. Parte dos setores ligados diretamente à ala ideológica ou ao setor extrativista brasileiro acompanharam o presidente Bolsonaro no antagonismo com o setor ambientalista e com as críticas extrarregionais; isto se deu, principalmente, com os “setores olavistas”. Outros setores, no entanto, pareceram adotar postura menos conflitiva e mais pragmática, como já foi discutido acima. Pode-se notar, portanto, que não parece ter havido um consenso a respeito do tema dentro do Executivo, mas os setores menos moderados se sobressaíram.

Na Bolívia, para além dos conflitos do governo com a oposição, diversos movimentos

25 Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/leia-na-integra-o-discurso-de-bolsonaro-na-assembleia-da-onu/> (acesso em: setembro/2019).

26 Disponível em: <https://www.eldeber.com.bo/bolivia/Evo-ante-la-ONU-Hemos-sido-sorprendidos-por-los-incendios-forestales-20190924-9186.html> (acesso em: setembro/2019).

27 Disponível em: <https://www.eldeber.com.bo/bolivia/Evo-Estamos-ganando-la-batalla-al-fuego-nuestra-respuesta-ha-sido-rapida-20190923-6402.html> (acesso em: setembro/2019).



sociais e ambientalistas também se posicionaram de forma crítica ao governo de Evo Morales. A maior parte deles enfatizou que o governo de Morales apoia um modelo de desenvolvimento econômico, de cunho extrativista, que não se preocupa efetivamente com o meio ambiente. Em carta enviada à ONU, diversos movimentos denunciam as políticas governamentais bolivianas que chamam de “contraditórias”, que teriam provocado os incêndios catastróficos, que colocam em risco a vida e a existência de comunidades de população originária²⁸.

Os movimentos ambientais e os povos originários manifestariam uma posição bastante crítica em ambos os países, através da responsabilização dos mandatários (Bolsonaro e Morales) e aventando a hipótese de ecocídio²⁹. Entretanto, observou-se um comportamento mais duro orientando as críticas ao governo Bolsonaro do que ao governo Morales. Em parte, a maior crítica dos movimentos sociais ao presidente Bolsonaro parece se dar pela agenda ideológica conduzida pelo mandatário, que vem alijando a defesa do meio ambiente, sobretudo com a nomeação de Ricardo Salles para a pasta de meio ambiente, sob fortes críticas de pesquisadores e ambientalistas³⁰. A demissão do diretor do INPE, foi denunciada pelos movimentos ambientais como uma tentativa de censura do governo, que tentaria encobrir o real estado do desmatamento amazônico³¹. Fontes da comunidade científica, que divergem dos dados apresentados pelo Instituto brasileiro, indicam que o status do desmatamento pode ser mais grave do que o observado³².

Enquanto isso, observou-se um comportamento mais pragmático de Evo Morales frente à agenda ambiental, em que existe uma tentativa, muitas vezes criticada como cínica por parte de movimentos sociais e populações

28 Disponível em: <https://www.eldeber.com.bo/bolivia/Evo-dice-que-esta-ganando-al-fuego-y-opositores-lo-acusan-de-cinico-20190923-9589.html> (acesso em: setembro/2019).

29 Disponível em: <https://www.eldeber.com.bo/bolivia/Indigenas-responsabilizan-de-genocidio-ambiental-Evo-y-Bolsonaro-20190823-9500.html> (acesso em: setembro/2019).

30 Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/quem-e-ricardo-salles-novo-ministro-do-meio-ambiente/> (acesso em: setembro/2019).

31 Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/08/07/demissao-de-chefe-do-inpe-e-significativamente-alarante-diz-diretor-da-nasa.ghtml> (acesso em: setembro/2019).

32 Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49402606> (acesso em: setembro/2019).

originárias, de equalizar a agenda de Pachamama com o desenvolvimento econômico acelerado. Ainda que a relação de Morales e do MAS com movimentos sociais seja atravessado por conflitos e enfrentamentos, certamente se trata de um padrão de relação de maior diálogo que a relação de Bolsonaro com quaisquer grupos de mobilização progressistas ou à esquerda do espectro político.

Apesar das censuras aos movimentos ambientalistas, o Ministro brasileiro tem sido um dos principais advogados da retomada do financiamento estrangeiro para o Fundo Amazônia, adotando uma postura de contenção de danos às declarações do presidente e demais burocratas que sustentam a retórica soberanista³³. Além disso, outros atores não-estatais estão envolvidos na agenda, sobretudo diversos movimentos sociais ao redor do globo. Em especial, destaca-se o Instituto Anjos da Liberdade, que protocolou uma acusação no Tribunal Penal Internacional contra o presidente brasileiro³⁴, advogando que as queimadas na Amazônia não constituem apenas um genocídio de populações locais, como também extermínio cultural e destruição de ecossistemas. As alegações da organização aglutinaram em sua denúncia variadas queixas e posições formais de Jair Bolsonaro como evidências de que o presidente se omite da causa ambiental propositalmente.

Considerações finais

Observa-se na recente trajetória dos incêndios na região da Floresta Amazônica dois tipos de estratégias domésticas distintas, seguidas pelos dois países cujos territórios foram mais afetados, Brasil e Bolívia. A causa dos incêndios, entretanto, reside em um mesmo fenômeno econômico, qual seja a expansão da fronteira agrícola e a pretensão de explorar e prospectar recursos minerais no subsolo da região ocupada pela floresta tropical, questão com a qual um dos principais atores extra-regionais, a França, também tem lidado.

A postura do mandatário brasileiro, Jair Bolsonaro, parece reforçar o posicionamento ideológico e o alinhamento estratégico com os

33 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/nos-nao-somos-vilao-do-meio-ambiente-diz-ricardo-salles-23966015> (acesso em: setembro/2019).

34 Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/08/27/interna_politica,779421/instituto-pede-que-bolsonaro-seja-investigado-por-queimadas-na-amazoni.shtml (acesso em: setembro/2019).



EUA e com os governos conservadores da região. Bolsonaro parece também ter preferência por uma agenda de desenvolvimento econômico e exploração dos recursos naturais da floresta tropical, o que parece contribuir para a radicalização da ação dos atores ligados ao ambientalismo e aos povos originários. Mais do que isto, no entanto, Bolsonaro parece adotar uma estratégia de disputa de narrativas a partir de um discurso que pouco ou nada tem a ver com a realidade, sempre tentando encontrar inimigos a quem culpar e responsabilizar quando tem de enfrentar contendas políticas. O outro, para Bolsonaro, é frequentemente grupos minoritários e/ou de esquerda – e no caso da Amazônia não foi diferente: aqueles responsáveis pelas queimadas, de acordo com o presidente, são as próprias populações originárias e as “ONGs ambientalistas”, em suas palavras típicas.

Além disso, Bolsonaro passou a se valer do discurso que coloca o debate internacional sobre a Amazônia como tentativa de intervenções extrarregionais no cenário político nacional, com tons colonialistas e imperialistas. O contraditório e raso nacionalismo de Bolsonaro, presente desde sua campanha eleitoral, ganha novos contornos a partir da mobilização do discurso da soberania nacional para a implementação de uma política que pouco ou nada faz pela floresta.

O chefe de Estado boliviano, Evo Morales, seguiu outra estratégia, mais pragmática e de retórica temperada frente às críticas, lidando de maneira relativamente menos agressiva com as críticas ambientais e buscando apaziguar as agendas de desenvolvimento e de proteção do meio ambiente. Entrementes, Morales se mostra cada vez mais em contradição com a agenda política que o alçou à presidência, recebendo duras críticas dos povos originários, principais ameaçados pelas queimadas.

O tratamento da comunidade internacional aos dois países também se deu de maneira distinta, em que o Brasil encontrou maior respaldo em seus aliados regionais e forte antagonismo, sobretudo do governo francês, com o qual aproveitou-se da situação para provocar a polarização da agenda. A Bolívia, por sua vez, embora isolada ideologicamente, contou com a solidariedade dos governantes da região, mas diferentemente do Brasil, seu governante não foi alvo de escrutínio dos pa-

íses de fora da região, contando com apoio mais difuso de potências extrarregionais.

O que se pode notar, além disso, é que os países regionais que tiveram protagonismo na questão foram Peru e, principalmente, a Colômbia, países que se esforçaram em enfatizar o atraso de mecanismos anteriores de promoção do diálogo, como a OTCA, e a importância na criação de novos instrumentos. Ou seja, se um dia a América do Sul teve arquitetura institucional suficiente à promoção da construção de consensos a nível subcontinental, hoje a narrativa hegemônica já parece ser aquela que indica que é hora de construir outros projetos.

Os incêndios na Amazônia trouxeram à tona novas e velhas agendas das Relações Internacionais: soberania, interferência externa, cooperação versus conflito, ações regionais versus ações extrarregionais, entre diversas outras. Estes debates estão profundamente atravessados tanto por elementos conjunturais, como a emergência de uma nova direita que se vale constantemente de guerra informacional, de fake news e do caos como método³⁵, quanto por elementos estruturais, como o poder de setores latifundiários sobre os Estados nacionais. As disputas discursivas e de narrativas têm sido elementos centrais neste processo.

Ainda que em diferentes níveis, tanto no Brasil quanto na Bolívia, a urgência ambiental revelou os conflitos e contradições que os programas e projetos governamentais carregam dentro de si: falta de consenso dentro da própria administração pública; dificuldades – ou a completa negação – de diálogo com setores da sociedade civil e movimentos sociais e modelos de desenvolvimento econômico que são contraditórios à proteção dos recursos naturais e à preservação do meio ambiente. Os incêndios na Amazônia parecem, portanto, ser reflexo de uma conjuntura que não é crítica apenas pelos conflitos sociais e políticos que provoca, mas que também o é pelo aprofundamento de um modelo insustentável de ocupação do território sul-americano.

35 Cf. LIMA & ALBUQUERQUE. “O estilo Bolsonaro de governar e a política externa”. Disponível em: http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2017/01/Boletim_OPISA_2019_n1-jan-mar.pdf (acesso em: setembro/2019).

